

## Relatório da Administração

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Compesa está presente em 172 municípios do estado de Pernambuco e no distrito de Fernando de Noronha, contando com a força e dedicação de cerca de seis mil colaboradores diretos e indiretos, que levam diariamente serviços de abastecimento de água para mais de 7,5 milhões de habitantes e serviços de coleta e tratamento de esgotos para mais de 2,3 milhões de pessoas, com a responsabilidade de atuar de modo cada vez mais eficiente, cumprindo a missão confiada pelo Governador Paulo Câmara para contribuir no desenvolvimento do estado e na qualidade de vida dos pernambucanos.

Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são essenciais para o desenvolvimento do estado e requerem investimentos contínuos e de grande porte em infraestrutura para ampliação, melhoria e adequação dos sistemas e da gestão. Em 2020, os investimentos em saneamento básico mantiveram-se em níveis significativos. Apesar das instabilidades econômicas, a Compesa alcançou o patamar de R\$ 611 milhões, sendo R\$ 246 milhões na melhoria e expansão dos serviços de água, R\$ 353 milhões em esgotamento sanitário, incluindo a execução do Programa Cidade Saneada, e ainda 11 milhões em outras ações (institucionais e ambientais). Foram entregues à população pernambucana 28 obras, sendo 19 obras de abastecimento de água e 9 de esgotamento sanitário, mais 62 obras que fazem parte do Compesa Atende da Região Metropolitana do Recife.

Vale destacar as ações de melhoria para a região Agreste, com menor disponibilidade hídrica do estado, onde a criatividade e a determinação em realizar os investimentos para a implantação da Adutora do Agreste, torna possível scorrer cidades inteiras com água que percorre centenas de quilômetros para chegar ao seu destino: a casa do nosso cliente.

No aspecto social, ao final do exercício de 2020, a Compesa possuía 117 mil clientes beneficiados com a tarifa social, que concede uma tarifa de R\$ 9,22 para consumo de água de até 10 m<sup>3</sup> e isenção da tarifa de esgoto. Visto que uma das medidas adotadas durante a pandemia de Covid-19, para garantir condições sanitárias básicas a todos os cidadãos, foi a isenção da cobrança de tarifa social no período de março a setembro, fornecendo um subsídio de mais de R\$ 64 milhões de reais, sendo 56 referentes ao serviço de abastecimento de água e 8 milhões relativos à coleta e tratamento de esgoto, contribuindo de forma direta para a garantia da saúde e o bem-estar das famílias.

Analisando os resultados econômicos no exercício de 2020, a Companhia obteve uma margem EBITDA de 18,33%. A receita de água e esgoto obteve o crescimento de 4,51%, em relação a 2019, atingindo o patamar de R\$ 1,828 bilhão e a receita líquida dos serviços de água e esgotamento sanitário com a inclusão dos serviços de construção atingiu a quantia de R\$ 2,439 bilhões. O lucro societário alcançou o montante de R\$ 177,2 milhões.

Em 2020 a Compesa adotou estratégias com o objetivo de garantir condições mínimas de saúde e higiene, destacando-se o fornecimento de água por meio de carros pipa, investindo aproximadamente 2,5 milhões de reais; e a execução de 43 obras emergenciais na RMR. Mesmo diante de um cenário de pandemia, a Compesa conseguiu manter sua saúde financeira no exercício anterior, ficando R\$ 59 milhões abaixo do teto estabelecido. Esse saldo positivo ocorreu principalmente devido às medidas adotadas pela companhia com o objetivo de evitar um possível déficit do caixa devido à pandemia da COVID-19, como: o termo de consentimento firmado com a BRK para reduzir em R\$ 4 milhões o pagamento mensal do contrato da PPP durante o período de julho a setembro de 2020, gerando um saldo positivo de R\$ 16 milhões que deve ser pago em 12 parcelas acrescido de juros; negociação do pagamento de parcelas de financiamentos e empréstimos, prorrogando um total de R\$ 23 milhões; e negociação com o sindicato, adiando para 2021 o pagamento da participação do resultado de 2019, retroativo do aumento do ticket alimentação e o reajuste salarial, que resultaram em uma economia no caixa de 2020 de aproximadamente R\$ 8 milhões.

Os resultados alcançados em 2020 refletem a integração da maturidade com a modernidade e o enfrentamento dos desafios do saneamento com a ousadia de uma gestão que traça estratégias para alcançar um novo patamar de eficiência operacional com foco na satisfação dos clientes.

Para 2021, a projeção de investimento é de R\$ 1,2 bilhão em obras e projetos de melhoria e expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, reunindo as melhores práticas de governança corporativa e princípios de eficiência e sustentabilidade.

Em 2021, a Compesa celebra seus 50 anos. No decorrer de nossa história, enfrentamos inúmeros desafios que serviram como molas propulsoras para prestar, de forma sustentável, os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, para todos os pernambucanos.

Os resultados alcançados pela Compesa, ao longo dos seus 50 anos, nos impulsionam a iniciar um novo ciclo com ainda mais determinação e integração, reafirmando o propósito de prestar serviços de forma sustentável e com qualidade para alcançar a satisfação de nossos clientes. Os próximos 50 anos estão só começando e de forma integrada, sistêmica e participativa, buscaremos aprimorar nossa forma de atuação, com firmeza e objetividade para a prevenção e solução dos problemas e garantir a satisfação dos clientes.

### 1. GESTÃO CORPORATIVA

A Compesa adota um modelo de gestão por resultados que visa a avaliar o desempenho alcançado em relação ao que foi planejado, traçando ações corretivas quando necessário, para o controle e melhoria contínua dos processos e produtos, conforme modelo PDCA (Planejar, Fazer, Verificar e Agir). Esse monitoramento inclui a realização de reuniões mensais, envolvendo todos os níveis hierárquicos da empresa.

O modelo de gestão da Compesa está consolidado, e em 2019, foi fortalecido com a implantação do sistema de planejamento, SIPLAN. Desenvolvido com equipe própria, sua primeira versão permitiu a realização de reuniões de monitoramento de resultados com maior eficiência e transparência por meio de uma plataforma online, consolidando em um ambiente virtual todos os indicadores estratégicos e setoriais, sua evolução histórica, análise das causas e ações de contramedida, quando da ocorrência de desvios. Dentro do processo de aprimoramento contínuo, a Companhia realizou uma pesquisa online com os gestores envolvidos no processo de monitoramento de resultados para fortalecimento do modelo de gestão adotado, vinculando-os ao mapa da estratégia e confirmando discussões de como cada unidade pode contribuir no alcance dos resultados individuais e coletivos.

Quanto ao novo marco regulatório, a Compesa deu início a diversas ações e projetos, buscando a superação dos desafios operacionais, econômicos e legais, para garantir a sustentabilidade de seus negócios, adequando seus processos internos ao atendimento das novas exigências do marco legal, incluindo o

monitoramento por unidades regionais de saneamento, implantação de gestão interfederativa, acompanhamento da contratação das unidades regionais de saneamento e adequação à metodologia tarifária. Diante do cenário de mudanças no setor ocasionadas pelo Novo Marco Regulatório, dentre as adequações, estão a nova estrutura organizacional da companhia, a celebração de 11 contratos de programa, a construção das microrregiões realizado pela SEINFRA com o apoio da Compesa e a aprovação dessas microrregiões junto à ALEPE. Destacam-se também os planos de expansão e eficiência, integrados aos planos municipais e regionais, que indicam quais empreendimentos devem ser executados de modo prioritário em um determinado período, em consonância com a estratégia da Companhia para a universalização dos serviços e para atendimento às metas pactuadas por meio dos instrumentos de delegação municipais.

A Comunicação Institucional é também uma ferramenta de gestão e um pilar fundamental para promover a aproximação da Compesa com seus clientes e públicos de relacionamento. Em 2020, estivemos ainda mais presentes e atuantes na disseminação das ações desenvolvidas pela Companhia e na agilidade das respostas de solicitações e de reclamações abertas nos diversos canais de atendimento, internos e externos. No balanço do ano de 2020, a Comunicação contabilizou 355 matérias produzidas e 221 entrevistas concedidas, principalmente para rádio e TV e 915 publicações nas mídias digitais.

A governança corporativa busca criar um conjunto de mecanismos para orientar como as organizações são dirigidas e controladas, garantindo a confiabilidade da Companhia junto aos seus públicos de interesse e a melhoria do desempenho operacional. No aspecto de governança corporativa, foram elaboradas as Políticas de Gestão de Riscos e criadas as comissões específicas para acompanhamento dos riscos identificados como prioritários.

O processo de Due Diligence refere-se à análise detalhada de informações de potenciais parceiros comerciais, fornecedores, funcionários ou qualquer parte relacionada, visando a identificação de eventuais distorções ou decorrentes de práticas inadequadas que podem apresentar riscos para a Companhia. Ao fim da verificação obtém-se a classificação do risco de integridade da parte avaliada e, a depender do grau dessa classificação, procedimentos adicionais de controle poderão ser estabelecidos.

Os resultados alcançados em todos os aspectos reforçam a importância do investimento na modernização da gestão na consolidação do planejamento estratégico da Companhia, por meio do fortalecimento da cultura de resultados com metas bem estabelecidas e alinhadas ao objetivo do crescimento sustentável.

### 2. PLANO DE INVESTIMENTOS

Com o propósito de universalizar os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos, a Compesa tem buscado tornar ainda mais eficiente a gestão dos empreendimentos, desde a captação dos recursos até a entrega do benefício à população e, para isto, realiza o monitoramento do avanço de todas as obras da Companhia a fim de assegurar que o plano de investimentos seja cumprido conforme planejado.

### 3. EXPANSÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

#### 3.1 Principais obras em andamento

##### 3.1.1 Adutora do Agreste

A Compesa está executando a maior obra hídrica do Brasil, a Adutora do Agreste, que será um dos maiores sistemas integrados do mundo e atenderá com abastecimento de água 68 sedes municipais, 80 aglomerados urbanos e comunidades rurais. Serão 1.500 quilômetros de adutoras que levarão água da transposição do rio São Francisco à região que apresenta o menor balanço hídrico no país. A obra beneficiará 2 milhões de pessoas, com um investimento total estimado em R\$ 3,2 bilhões.

A 1ª etapa da obra, no valor total de R\$ 1,4 bilhão com recursos dos governos federal e estadual, está em execução com mais de 85% de avanço físico, objetivando beneficiar 23 municípios, levando água para mais de 1 milhão de habitantes. Desses total, os municípios de Arcoverde, Pesqueira, Belo Jardim, Sanharó, Tacaimbó, São Bento do Una e Alagoinha já estão recebendo água do São Francisco por meio da integração da Adutora do Agreste com a Adutora do Moxotó. Já a 2ª Etapa, com valor total de R\$ 1,8 bilhão, a ser iniciada, beneficiará 45 cidades com um trecho de 724 quilômetros de adutora.

Tendo como objetivo antecipar o início da operação da 1ª Etapa do Sistema Adutor do Agreste, um plano de ação foi elaborado pelo Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Compesa, para garantir a funcionalidade da Adutora do Agreste a partir de sua conclusão.

Esse plano contemplou a conclusão da obra Adutora do Moxotó e execução das obras dos Poços de Tupanatinga e Adutora do Alto Capibaribe, além dos empreendimentos com recursos de outras fontes: Adutora de Pirangi (recursos BIRD - concluída em 2017) e Adutora de Serro Azul (recursos BID - em execução). Esse conjunto de obras complementares permitirão antecipar a funcionalidade para atendimento aos 23 municípios da 1ª etapa e antecipará o atendimento da 2ª etapa para as cidades de Jataúba, Vertentes, Vertente do Lério, Santa Maria do Cambucá, Taquaritinga do Norte, Frei Miguelinho e Brejo da Madre de Deus (Distrito de São Domingos).

##### 3.1.2 Sistema Adutor dos Poços de Tupanatinga

O Sistema Adutor dos Poços de Tupanatinga tem por finalidade melhorar o abastecimento para os municípios de Tupanatinga, Buíque, Pedra, Venturosa, Itaíba, Águas Belas e Iati, beneficiando uma população total de 215 mil habitantes. A obra tem um valor de investimento de R\$ 34,8 milhões com recursos dos governos federal e estadual. Até 2020, já foram desembolsados mais de R\$ 18,1 milhões. A obra encontra-se em ritmo acelerado com previsão de conclusão para 2º semestre de 2021.

##### 3.1.3 Implantação do Sistema Adutor de Serro Azul

Uma das obras que dará funcionalidade à Adutora do Agreste, o sistema capta água na barragem de Serro Azul, em Palmares e terá capacidade de transportar 500 l/s até o ponto de interligação com a Adutora do Agreste, entre os municípios de Caruaru e Bezerros.

Na primeira fase, a água de Serro Azul chegará aos municípios de Caruaru, São Caetano, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Sanharó, São Bento do Una e Tacaimbó (estes quatro últimos, através do Sistema Integrado

Bitury), entre outras localidades. Já na segunda etapa, alcançará também as cidades de Bezerros, Gravatá e Caruaru. Com investimentos previstos na ordem de R\$ 225 milhões do Governo do Estado de Pernambuco e recursos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), teve até o momento desembolso de R\$ 117,4 milhões de reais, dos quais R\$ 11,3 milhões foram investidos em 2020. A meta é concluir as obras em fevereiro de 2022, beneficiando 1 milhão de habitantes.

#### 3.1.4 Implantação da Adutora de Moxotó para Custódia

A implantação da Adutora possibilitará interligar o Canal da Transposição do Rio São Francisco à Estação de Tratamento de Água da cidade de Custódia, no Sertão do Moxotó. Com isso, será possível melhorar, de forma plena, o abastecimento de água para 40 mil moradores da cidade, que sofrem com ciclos de seca extrema.

Já foram concluídos os fechamentos da adutora de água bruta e interligação entre as Adutoras de Custódia e Marrecas, dentro da ETA Custódia, permitindo os testes da nova adutora para a ETA existente. Em 2020, foram investidos R\$ 6,2 milhões.

#### 3.1.5 Sistema Adutor do Alto Capibaribe

Por meio de um convênio com o Governo da Paraíba, a implantação da adutora tem o objetivo de transportar água para suprir o abastecimento de 230 mil habitantes de nove cidades do Agreste Setentrional Pernambucano e também um município paraibano, através da captação no Rio Paraíba, perenizado pelo Eixo Leste do Projeto de Integração do São Francisco.

Com um investimento de total de R\$ 82 milhões e desembolso em 2020 de R\$ 10,3 milhões, essa adutora tem previsão de conclusão em julho de 2022, beneficiando as cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Jataúba, Vertentes, Vertente do Lério, Santa Maria do Cambucá, Taquaritinga do Norte, Frei Miguelinho e Brejo da Madre de Deus (Distrito de São Domingos), além da cidade paraibana de Barra de São Miguel.

#### 3.1.6 Implantação do SAA das Comunidades Rurais

A obra contempla a implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, através de rede de distribuição com captação nos Eixos Leste e Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) para comunidades rurais. O Eixo Leste contempla 4 sistemas e abrange 42 comunidades, já o Eixo Norte é composto por 6 sistemas, beneficiando 31 comunidades.

As ações do PISF com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional tiveram continuidade em 2020, através de obras da Compesa no município de Custódia: Adutora para abastecimento da cidade e o Sistema de Abastecimento Carvalho e Lagoa da Onça, para a zona rural. A Compesa também atuou em Sertânia, com a ampliação da oferta de água através do Sistema Barra, entregando uma nova ETA aos habitantes da cidade, e o Sistema Rio da Barra com as obras retomadas na zona rural. Outras ações do PISF estão programadas para 2021 nos municípios de Floresta, Petrolândia, Salgueiro e Terra Nova. Com recursos do Governo Federal, a previsão de investimentos é de R\$ 41 milhões, beneficiando 20 mil pessoas.

#### 3.1.7. Grandes Anéis do Recife

Conjunto de obras de setorização, substituição e implantação de redes de distribuição na cidade do Recife, setorizando 29 distritos de medição e controle e englobando 38 bairros da capital pernambucana. Em andamento, encontra-se a Duplicação da Alça Norte - Lote VI, que tem como objetivo o deslocamento do fluxo hidráulico dos Grandes Anéis do Recife para melhoria do abastecimento da Zona Norte da cidade, principalmente os morros, abrangendo indiretamente a cidade de Olinda. Com recursos do Governo do Estado, o valor total do investimento é de R\$ 139 milhões para benefício de 1,5 milhão de habitantes. Até 2020, já foram investidos R\$ 89,5 milhões deste montante.

#### 3.1.8. Ampliação do Sistema Produtor Ipojuca

A obra ampliará a produção do sistema Suape, a partir de uma captação no rio Ipojuca, dando confiabilidade ao sistema e permitindo o abastecimento de água para a população de Porto de Galinhas, Cupe, Serrambi, Toquinho, Muro Alto, Nossa Senhora do Ó, Camela e sede municipal de Ipojuca. Com recursos do Governo Federal, o valor total do investimento é de R\$ 60 milhões e vai beneficiar 90 mil habitantes. Em 2020, foram investidos R\$ 6 milhões.

#### 3.1.9 Melhorias de abastecimento para Garanhuns

A obra consiste em estruturar a rede de distribuição de água da cidade de Garanhuns em setores de abastecimento. Os serviços são compostos pela construção de quatro reservatórios e implantação de 92 km de tubulações, ampliando em cerca de 30% a extensão da rede de distribuição, além da modernização dos equipamentos de controle e medição de vazão e pressão. O valor total do investimento é de R\$ 21,2 milhões, beneficiando 120 mil pessoas. Em 2020, foram investidos R\$ 5,5 milhões.

### 3.2. Obras concluídas em 2020

#### 3.2.1 Olinda + Água

O Olinda + Água é um contrato de performance implantado pela Compesa para a área norte da Região Metropolitana do Recife, que sofre com rodízio em função da escassez hídrica no estado. Este contrato executou obras para melhoria do abastecimento das áreas atendidas pelos reservatórios de Perijucá, Peludo, Urubu, Monte, Ribeira e Alto da Sé.

A fase de Performance da área 1 contemplou 16 setores abastecidos por Perijucá, beneficiando aproximadamente 98.500 pessoas. Além das melhorias no abastecimento, houve avanços na diminuição do índice de perdas em cinco pontos percentuais, tornando possível reduzir em quase 10 milhões de m<sup>3</sup> a água distribuída na área do reservatório, resultado de um trabalho integrado que inclui pesquisas e consertos de vazamentos ocultos e aparentes, além das instalações de hidrômetros.

O contrato teve um investimento de R\$ 149,7 milhões e foi concluído no final de 2020 foram investidos R\$ 8,7 milhões.

#### 3.2.2 Ampliação da Oferta de Água para os Morros do Recife

O projeto contemplou a implantação de adutora com 3 km de extensão, proporcionando um incremento na oferta de água e melhoria da distribuição,

beneficiando as localidades que pertencem aos bairros de Vasco da Gama, Mundo Novo e Nossa Sra. da Conceição. Com recursos provenientes do Governo do Estado por meio do Banco Mundial (BIRD), o valor total do investimento foi de R\$ 10 milhões.

### 3.2.3 Implantação de sistema adutor a partir da ETA Garanhuns

A obra consistiu na implantação de um sistema adutor em regime de gravidade a partir da Estação de Tratamento de Água da cidade de Garanhuns com 31 km de extensão, atendendo a cidade de Jucati e as localidades de São Pedro (município de Garanhuns) e Neves (município de Jucati), beneficiando 15 mil pessoas. Ao todo, foram investidos R\$ 4,4 milhões.

### 3.2.4 Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Guadalajara (Paudalho)

A localidade de Guadalajara, no município de Paudalho, possuía um sistema de abastecimento de água gerido pela Prefeitura Municipal, o qual atendia cerca de 70% da população com um calendário irregular de abastecimento. Em novembro de 2019, a Compesa assumiu a operação do sistema, por meio da implantação de uma nova infraestrutura para transporte de água a partir da Barragem de Goitá, composta por nova captação, estação elevatória, estação de tratamento de água e reservatório elevado, além de expansão da rede de distribuição. A obra foi concluída em 2020, beneficiando uma população de 10,5 mil habitantes. Ao todo foram investidos R\$ 3,6 milhões.

### 3.2.5 Implantação de sistema adutor para abastecimento de água no município de São Caetano

A obra consistiu na implantação de 11 km de sistema adutor, aquisição de bombas, instalação e energização de duas estações elevatórias para abastecimento de água aos habitantes das Vilas Maniçoba e Santa Luzia no município de São Caetano. Com um valor total de R\$ 2 milhões, a obra foi executada por meio de convênio entre a Compesa e a Prefeitura Municipal de São Caetano.

### 3.2.6 Implantação do SAA de Mandaçaia e ampliação da ETA Barra de Farias em Brejo da Madre de Deus

Concluída em 2020, a obra contemplou a implantação de 12.000 metros de rede adutora da ETA de Barra de Farias até o Distrito de Mandaçaia, no município de Brejo da Madre de Deus. A obra ainda contemplou adequações na ETA Barra de Farias, aumentando a capacidade de tratamento de 2,18 para 4,5 l/s. O valor total desse investimento foi de R\$ 750 mil.

## 4. EXPANSÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

### 4.1. Principais obras em andamento

#### 4.1.1 ETE Cabanga

A obra de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Cabanga, está cerca de 90% concluída e beneficiará a população da Zona Sul do município do Recife. O projeto prevê a elevação do nível de tratamento efetuado nos esgotos afluentes à ETE Cabanga, com remoção de bactérias por ultravioleta, contemplando maior eficiência na desnitrificação e desinfecção dos efluentes. Com recursos do Governo do Estado, já foram investidos R\$ 85,8 milhões, sendo cerca de R\$ 9 milhões em 2020. A previsão de conclusão da obra é outubro de 2021.

#### 4.1.2 Implantação do SES Belo Jardim

A implantação da 1ª etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário em Belo Jardim, junto com a Estação de Tratamento de Esgotos, recebeu recursos do Governo do Estado de Pernambuco, financiados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A obra atenderá cerca de 35% da cidade e inclui ligações intradomiciliares, implantação de ramais condominiais e assentamento de rede coletora, além da construção de uma estação elevatória. O valor total do investimento é de R\$ 60,8 milhões, beneficiando 28 mil pessoas. Ao todo, já foram investidos R\$ 18,5 milhões, sendo R\$ 7 milhões em 2020. A previsão de conclusão da obra é fevereiro de 2022.

#### 4.1.3 Implantação do SES Bezerros

O Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Bezerros, conta com recursos do Governo do Estado de Pernambuco, financiados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID e contempla a execução de um módulo da estação de tratamento de esgoto com capacidade de 47,6 l/s, assentamento de rede coletora, implantação de ramais condominiais, uma estação elevatória e a implantação de ligações intradomiciliares. Na primeira fase, beneficiará os bairros de Centro, São Pedro, São Sebastião e Cruzeiro, localizados na Bacia D. O valor total do investimento é de R\$ 46,5 milhões e trará benefício para 19 mil pessoas. Em 2020, foram investidos R\$ 6 milhões, o empreendimento tem previsão de conclusão em fevereiro de 2022.

#### 4.1.4 Implantação do SES Bacia do Janga

A implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da bacia do Janga será dividida em dois lotes, para transporte de esgotos para a Estação de Tratamento do Janga. O lote I beneficiará o bairro de Tabajara em Olinda e o lote II beneficiará os bairros de Bairro Novo, Amaro Branco, Monte, Alto da Mina e Fragoso em Olinda. Ao todo, serão beneficiadas 102 mil pessoas. Com recursos do Governo Federal, o valor total do investimento é de R\$ 45,3 milhões e já foram investidos R\$ 9,6 milhões, sendo R\$ 3,9 milhões em 2020. A previsão de conclusão é julho/2022.

#### 4.1.5 Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário de Escada - 1ª Etapa

A obra prevê a construção 50 km rede coletora de esgoto, quatro estações de bombeamento e reforma e ampliação da Estação de Tratamento que tratará 120 l/s. Esta obra contemplará 40% da população urbana da cidade de Escada, beneficiando 36,5 mil habitantes dos bairros de Nova Descoberta, Centro, Viradouro e São Sebastião. O investimento conta com recursos do Governo do Estado de Pernambuco, financiados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID no valor total de R\$ 39,3 milhões. Em 2020, foram investidos R\$ 3,9 milhões e a previsão de conclusão é fevereiro de 2022.

#### 4.1.6 Implantação do SES Sanharó

A cidade de Sanharó não possui sistema de esgotamento sanitário público. O sistema está sendo construído, preferencialmente, na metodologia condominial, objetivando a universalização do atendimento e a racionalização dos custos de investimento. Até o ano de 2020, foram investidos mais de R\$ 21,2 milhões com recursos do Governo do Estado de Pernambuco, financiados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o que possibilitou a implantação de 16 quilômetros de rede coletora, 1,2 quilômetros de drenagem, loja de atendimento ao cliente, além das obras de construção civil que estão em fase final de execução,

como 3 estações elevatórias e a Estação Pré-fabricada de Esgoto. A obra tem previsão de conclusão em novembro de 2021.

### 4.1.7 Ampliação do SES Caruaru

A Compesa iniciou em 2019 a ampliação da cobertura do Sistema de Esgotamento Sanitário de Caruaru, contemplando os bairros de Alto do Moura e Rendeiras, com um investimento de R\$ 35,8 milhões proveniente de recursos do Governo do Estado de Pernambuco e financiado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Esta expansão prevê a implantação de 51 km de tubulações que farão parte da rede coletora de esgotos, ramais de calçada e emissários no município. Também estão sendo construídas duas Estações Elevatórias e uma Estação de Tratamento no Alto do Moura. A previsão de conclusão é fevereiro de 2022 e já foram investidos R\$ 17,2 milhões, sendo R\$ 6,3 milhões em 2020.

### 4.1.8 Implantação do SES Caraiibeiras (Tacaratu)

O distrito de Caraiibeiras, no município de Tacaratu, conta com uma obra cuja finalidade é levar a coleta e o tratamento de esgoto aos seus habitantes. Este sistema é composto por três diferentes bacias que abrangem 95% da localidade. A estação de tratamento de esgoto será constituída por quatro diferentes lagoas, que receberão toda a contribuição produzida a partir de quatro estações elevatórias. Com recursos do Governo do Estado de Pernambuco, o valor total do investimento é de R\$ 28,4 milhões, dos quais já foram investidos R\$ 14,8 milhões, sendo R\$ 3,1 milhões em 2020. A previsão de conclusão da obra é em setembro de 2021.

## 4.2. Principais Obras Concluídas

### 4.2.1 Implantação do SES Santa Cruz do Capibaribe – 1ª etapa

Em 2020, a Compesa concluiu a obra do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Com capacidade para atender 197 mil habitantes, a obra, que faz parte do Programa de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco (PSHPE) e recursos financiados junto ao Banco Mundial, alcançou, em 2020, 100% da evolução física, com um valor total investido de R\$ 109 milhões, contando com a execução e pré-operação da 1ª etapa de projetos e obras do Sistema Unitário.

### 4.2.2 Implantação do SES Prazeres – 1ª Etapa

Obra de Esgotamento sanitário do Programa Cidade Saneada, referente à 1ª Etapa útil do SES Prazeres. A obra, concluída em dezembro de 2020, contou com a implantação de 04 bacias de esgotamento, 61.709 m de rede coletora, para atendimento ao final da obra de 73.293 habitantes. Contempla também a desativação de 02 estações de tratamento existentes, com a construção de 05 novas estações elevatórias, de uma torre de carga e de uma nova estação de tratamento com uma vazão de projeto de 122 l/s. O valor total do investimento foi de R\$ 85 milhões.

### 4.2.3 Implantação do SES Gravatá

A implantação da 1ª etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Gravatá contou com recursos do Governo do Estado de Pernambuco, financiados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e faz parte do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca-PSA, com um investimento total de R\$ 51,5 milhões. A obra foi concluída em 2020 e aumentou a capacidade de tratamento para 150 litros por segundo, contemplando 25 quilômetros de rede coletora, ramais condominiais, estação elevatória, emissário e Estação de Tratamento de Esgoto com reator de lodos ativados, elevatória de recirculação, leito de secagem, queimador de gás e desinfecção por ultravioleta. Esta etapa atende 30% da população da área urbana do município de Gravatá.

### 4.2.4 Implantação do SES Jardim São Paulo – 1ª Etapa

A obra de implantação da 1ª Etapa Útil do Sistema de Esgotamento Sanitário de Jardim São Paulo, executadas através do Programa Cidade Saneada, foi concluída em dezembro de 2020 e consistiu na implantação de 10.467 metros de rede coletora de esgoto, 1.922 novas ligações domiciliares, construção de uma nova estação elevatória de esgoto e uma estação de tratamento de esgoto, beneficiando 9.823 habitantes do bairro de Torrões, que foram contemplados com a coleta e tratamento do esgoto produzido. O valor total do investimento foi de R\$ 13,5 milhões.

### 4.2.5 Implantação do SES Goiana 5 – Ponta de Pedra

A obra de esgotamento sanitário do Programa Cidade Saneada, referente à 1ª Etapa útil do SES Goiana 5 - Pontas de Pedra foi concluída em outubro de 2020 e contou com a implantação de 20.830 m de rede coletora, atendimento em torno de 7 mil habitantes, 1.898 novas ligações, construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto Compacta e duas novas Estações Elevatórias de Esgoto. O valor total do investimento foi de R\$ 9,8 milhões.

## 5. PROGRAMAS ESTRUTURADORES

### 5.1. Programa Cidade Saneada

O Programa Cidade Saneada consiste em uma Parceria Público Privada que possui três objetivos básicos: ampliar os serviços de esgotamento sanitário na região metropolitana do Recife mais o município de Goiana, visando alcançar um índice mínimo de 90% de cobertura em toda área de abrangência e tratar 100% do que for coletado; promover a recuperação de toda a estrutura existente para os Sistemas de Esgotamento Sanitário em operação; e garantir a melhoria dos serviços prestados aos clientes. Atualmente, 100% das solicitações de serviços de desobstrução são atendidas com menos de 48 horas após o registro.

Além disso, o volume de esgoto tratado na Região Metropolitana do Recife atingiu níveis maiores que os registrados antes do início do Programa em 2013, permitindo um avanço na cobertura de esgotamento sanitário de 30% (em 2013) para 38% em 2020.

Para execução deste Programa, até 2020, foi investido R\$ 1,7 bilhão, sendo R\$ 1,5 bilhão de investimento privado e R\$ 211 milhões de investimento público

Em 2020, foram concluídas importantes obras:

- 1ª Etapa do SES Goiana 5 (Em Pontas de Pedras);
- 1ª Etapa do SES Jardim São Paulo (atendendo ao bairro dos Torrões);
- 1ª etapa do SES Prazeres (atendendo aos bairros de Piedade e Candeias).

Além disso, encontram-se em andamento as obras dos Sistemas de Esgotamento Sanitário do SES Gaibu - 1ª etapa (adequações SES Itapuemas) e 2ª etapa útil (SES Nova Vila Claudete), SES Cordeiro - 1ª e 2ª etapa útil, SES Goiana 1 (centro), SES Prazeres - 2ª etapa útil, SES Gaibu – 2ª etapa (SES Vila Cepovo), SES Peixinhos - 1ª etapa, e a iniciar as obras dos SES Ibura - 1ª etapa útil, SES Imbiribeira (adequação do sistema), SES Cabanga - 2ª etapa, e SES Caietés - recuperação do SES Existente.

### 5.2 Programa de Sustentabilidade Hídrica do Rio Ipojuca – PSA Ipojuca

O PSA Ipojuca consiste em um conjunto de ações para promover o saneamento ambiental na bacia hidrográfica do rio Ipojuca e tem como eixos de atuação a melhoria da infraestrutura de saneamento, a sustentabilidade ambiental e social e o fortalecimento institucional, por meio da coleta e do tratamento de esgoto, bem como do aumento da disponibilidade de água, garantindo a gestão e o desenvolvimento da Bacia.

Em 2020, foram investidos cerca de R\$ 98,7 milhões, contemplando as obras da Adutora de Serro Azul e a substituição do trecho da adutora do sistema Bitury para São Bento do Una. Já no tocante ao esgotamento sanitário, os destaques foram as obras dos SES de Belo Jardim, Bezerros, Escada, Sanharó e Caruaru - obras de requalificação de 6 estações elevatórias no Sistema de Esgotamento Sanitário de Caruaru e Implantação do SES de Alto do Moura e Rendeiras. Destacam-se também o andamento das obras dos Parques urbanos de Caruaru, Gravatá e São Caetano, Laboratório do CPRH e Reflorestamento.

Dentre as obras concluídas em 2020, figuram a implantação do SES Gravatá, com valor total de R\$ 51,5 milhões e a obra de requalificação de 6 elevatórias no SES Caruaru, com valor de R\$ 4,4 milhões. Incluem-se também: Conclusão do Almorixeado / Laboratório Regional / Núcleo de Manutenção – Caruaru e Atendimento das Salvaguardas Ambientais.

### 5.3 Programa de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco – PSHPE

O Programa PSHPE, que teve sua vigência encerrada em março de 2020, contribuiu de forma significativa para a ampliação da oferta sustentável de serviços de saneamento para a população residente na bacia do Rio Capibaribe e na Região Metropolitana do Recife, promovendo a proteção dos mananciais destinados ao consumo humano, beneficiando 3,5 milhões de pessoas.

Vale salientar que algumas ações relevantes do Programa não haviam sido finalizadas à época e, portanto, foram continuadas pela Compesa, as suas expensas, como compromisso firmado com o Banco Mundial.

Seus eixos de atuação foram a expansão e melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a gestão e desenvolvimento institucional do setor de recursos hídricos. Em 2020, o contrato com o banco foi encerrado, tendo como marca grandes obras como Olinda mais Água, concluída em 2020 com valor total de R\$ 149,7 milhões; Implantação do SES Santa Cruz do Capibaribe - 1ª Etapa, concluído em 2020, no valor de R\$ 109,2 milhões; e implantação do SES Surubim, concluído em 2019 com valor de R\$ 71 milhões. No ano de 2020, foram investidos R\$ 27,5 milhões.

Outras ações, de igual relevância, também foram desenvolvidas pela Companhia em 2020 e ainda devem ser executadas ao longo do ano de 2021, sob o monitoramento do Banco Mundial, tais como a Implantação do SAA e SES de Engenho Gameleira – Catende/PE, a reabilitação da Estação Elevatória de Água Bruta do Sistema Pirangi, bem como a elaboração dos projetos executivos de abastecimento e de esgotamento sanitário para diversos municípios do estado, entre elas:

- Elaboração de projetos para o SAA dos municípios Abreu e Lima, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma e Paulista;
- Elaboração do projeto de complementação do SES de Vitória do Santo Antão;
- Elaboração de estudos e projetos visando à adequação do SAA do Município de Goiana;
- Elaboração de Projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) de sedes de onze Municípios;
- Estudos e Projetos para a adequação do SAA da sede do Município de São Lourenço da Mata.

### 5.4 Programa Sertão Saneado

Conjunto de obras em esgotamento sanitário em 30 municípios do interior do estado de Pernambuco. Parte destas obras está sendo realizada com o apoio da CODEVASF, em um convênio firmado como contrapartida para a obra de transposição do Rio São Francisco.

Em 2021 contemplará investimentos nos municípios de Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Bulque, Cabrobó, Cedro, Exu, Floresta, Granito, Lagoa Grande, Ouricuri, Petrolândia, Petrolina, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista, Tacaratu, Trindade e Venturosa. Ao todo serão beneficiadas 500 mil pessoas, com um valor total de investimentos de R\$ 113 milhões, destes R\$ 5,7 milhões foram realizados em 2020.

Destacamos as obras deste programa que tiveram investimentos em 2020: ampliação, complementação e reabilitação de sistemas de esgotamento sanitário: Petrolina (bacia do Jatobá), Lagoa Grande, Caraiibeiras (em Tacaratu), Cabrobó, Cedro e Granito.

## 6. DESEMPENHO COMERCIAL

Em 2020, mesmo diante do cenário da pandemia da Covid-19, a Compesa incrementou o resultado da arrecadação de 2019 em R\$ 35 milhões, alcançando o valor de R\$ 1,626 bilhão arrecadado. Além de representar um crescimento aproximado de 2% em relação ao total arrecadado de R\$ 1,591 bilhão do ano anterior, o resultado é considerado positivo para um ano de grandes desafios, que teve como meta de arrecadação o valor de R\$ 1,710 bilhão.

Dado que a arrecadação é um indicador chave para a continuidade dos negócios da companhia, ações específicas da área comercial foram desenvolvidas ao longo de 2020 com foco no incremento do indicador. Dentre as ações desenvolvidas, evidencia-se o fortalecimento da aplicação das ferramentas de cobrança - envio de SMS, telecobrança e envio de cartas - que em 2020 apresentaram uma recuperação de R\$ 178 milhões.

Além do exposto, foi lançada a Campanha "Quita Fácil" para negociação de débitos, que contribuiu para a efetivação de mais de 157 mil negociações, totalizando R\$ 34 milhões arrecadados e mais 34 milhões em parcelamentos das faturas negociadas.

Também pode-se destacar o monitoramento dos pagamentos das faturas dos grandes clientes, que incluiu a intensificação de ações que apresentassem atraso no pagamento da fatura do mês. Essas ações de cobrança se deram por meio de envio de lembretes e mensagens personalizadas, garantindo, assim, o pagamento da fatura em atraso.

Com relação ao faturamento, que é composto pela receita líquida referente aos serviços de água, esgotamento sanitário e por receitas indiretas e representa uma das principais variáveis na composição da arrecadação, em 2020 ele alcançou valor de R\$ 1,840 bilhão, um aumento de 4,4% em comparação com o ano anterior.

As principais ações desenvolvidas para o alcance desse resultado foram:

- Controle diário dos registros de anormalidades de consumo, buscando oportunidades de incremento no faturamento;
- Redução das receitas canceladas, resultado oriundo das ações do Núcleo de Análise de Faturamento-NAF. Com a adoção de medidas mais assertivas, como revisão de normativos, treinamentos dos colaboradores, auditorias por meio da sala virtual de retificações e cancelamentos;
- Retiradas estratégicas de travas de Alto Consumo (AC) para regiões com alta variação de consumo devido à sazonalidade e a melhorias de abastecimento;

Também em 2020 houve a integração da micromedição à área de faturamento e o investimento de mais de R\$ 4 milhões em instalações, substituições e monitoramento de hidrômetros, ações essenciais para a promoção do faturamento saudável. Esse investimento resultou em mais de 55 mil novos medidores aplicados no parque de hidrômetros da Compesa e no alcance de 90% no índice de hidrometração.

Ainda objetivando a promoção do faturamento sustentável, destaca-se o monitoramento contínuo do consumo de 285 grandes clientes a partir da telemetria dos hidrômetros e o desenvolvimento de ações de parceria, também com grandes clientes, incluindo a busca ativa por novos clientes corporativos e a reestruturação dos fluxos de formalização dos contratos, que ganharam maior eficiência e agilidade com novas estruturas de performance.

Essas ações com grandes clientes (públicos e privados) proporcionaram um incremento de aproximadamente R\$ 2 milhões no faturamento a partir da negociação de 08 novos contratos com os clientes a seguir: Consórcio FG Ramal do Agreste em Sertânia, Condomínio Grand Residence em Santa Cruz do Capibaribe, Condomínio Residencial Águas Claras em Vitória de Santo Antão e, na Região Metropolitana do Recife, com os Condomínios Residenciais Vila Azul, Edifício Figueiras, Edifício Maria Isadora e Maria Isabela e com os Empresariais Norte Sul e Quartier.

Por fim, no ano de 2020 a área de relacionamento com os clientes foi evidenciada, visto que os desafios já existentes foram impulsionados pelo cenário da pandemia, que implicou no fechamento de lojas de atendimento. Os consumidores, então, foram inseridos em novas modalidades de atendimento por meio da ampliação dos serviços oferecidos nos canais do 0800, do Compesa Mobile e da Agência Virtual, que tornaram a interação com o cliente mais digital e célere. O Compesa Mobile, por exemplo, foi utilizado por mais de 150 mil clientes.

Assim, foram desenvolvidas melhorias nos canais eletrônicos de relacionamento e atendimento ao cliente para tornar possível a realização de praticamente todas as solicitações de atendimento de forma remota, incluindo a disponibilização de novos serviços, como a possibilidade de pagamento da fatura com o cartão de crédito, que representou R\$ 3,3 milhões na arrecadação de 2020.

**7. DESEMPENHO OPERACIONAL**

**7.1 PROAUT – Programa de Automação**

O programa contempla ações e projetos para modernizar e otimizar os processos e ferramentas aplicadas à operação dos sistemas de abastecimento de água, visando a melhoria da eficiência operacional. O carro chefe deste programa é a implantação de Sistemas de Supervisão e Controle nos principais sistemas de abastecimento da Compesa.

O principal resultado em 2020 foram as entregas dos sistemas de Automação da Distribuição do SAA Botafogo e dos Poços da área Norte da Região Metropolitana do Recife (RMR), um investimento total de 23 milhões de reais que possibilitou automatizar 205 unidades operacionais, tornando o controle do abastecimento mais eficiente para uma população de quase 2 milhões de pessoas.

**7.2 Programa Compesa 4.0**

Este programa contempla ações voltadas para a indústria 4.0: compreende a integração dos sistemas de automação com os sistemas corporativos, o desenvolvimento de dispositivos de IoT (Internet of Things) e o uso de técnicas de big data, computação em nuvem e cibersegurança, tendo como principal elemento sistema Cooperação, que visa a melhoria da gestão operacional da Companhia.

Além da consolidação dos sistemas de gestão dos volumes de água produzido e distribuído, foram entregues, no primeiro semestre de 2020, os sistemas de Controle Operacional, que possibilitou, dentre outros, o monitoramento da pluviometria dos morros a partir da integração com o sistema da Apac, Sistema de Monitoramento das Barragens, permitindo o acompanhamento on-line dos reservatórios operados pela Compesa, Sistema de Eficiência Energética, cujo principal resultado foi a melhoria na análise das faturas da Celpe, e a homologação dos dispositivos de IoT (datalogger e controlador de válvula) que foram desenvolvidos pela equipe da GPA, cujo principal resultado foi a redução de até 90% no custo de aquisição desses equipamentos para monitoramento e/ou controle da rede.

**7.3 Programa Compesa Atende**

O Compesa Atende é um programa de gerenciamento das demandas dos clientes da Região Metropolitana do Recife em relação à manutenção corretiva em redes e ramais de água, compreendendo a correção de vazamentos, substituição de redes e ramais, instalação de ramais (novas ligações), serviços de finalização (reaterro, recomposição de passeios e vias em asfalto, paralelo, concreto etc) e obras de substituição/implantações de redes de abastecimento de água.

Em 2020, o programa realizou cerca de 149 mil serviços, considerando:

- Novas ligações: 2980
- Implantação de rede de água: 5,44 km
- Substituição de rede de água: 4,30 km.

**8. DESEMPENHO DA GESTÃO**

A Compesa adota um modelo de gestão por resultados que visa a avaliar o desempenho alcançado em relação ao que foi planejado, traçando ações corretivas quando necessário, para o controle e melhoria contínua dos processos e produtos, conforme modelo PDCA (Planejar, Fazer, Verificar e Agir). Esse monitoramento inclui a realização de reuniões mensais, envolvendo todos os níveis hierárquicos da empresa.

Os resultados alcançados em todos os aspectos reforçam a importância da modernização da gestão e consolidação do modelo de governança da Companhia, por meio do fortalecimento da cultura de resultados com metas bem estabelecidas e alinhadas ao objetivo do crescimento sustentável.

**9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

**9.1 Mobilização Social**

O trabalho social em serviços visa a contribuir para a ampliação do acesso às atividades relacionadas ao saneamento, por meio de ações de mobilização social e educação ambiental. Com as diferentes ferramentas como atividades lúdicas, palestras, atendimento social, visitas domiciliares, e reuniões comunitárias, busca sensibilizar o público quanto à utilização correta dos serviços de água e esgoto, preservação ambiental e mobilização social. Nesse escopo, o ComViver Compesa é o principal programa da Companhia, que tem como finalidade fortalecer e ampliar o trabalho comunitário e socioambiental.

Em 2020, a equipe de Mobilização Social nos Serviços – MSS executou atividades em todo o estado com a apoio dos núcleos de mobilização social das unidades, realizou atendimentos sociais através do Programa ComViver Compesa, além de parceria com atores sociais, lideranças comunitárias e formadores de opiniões em municípios como Paulista, São Lourenço da Mata, Camaragibe,

Caruaru, Carpina, Petrolina, Abreu e Lima, Garanhuns, Tacaimbó, Brejo da Madre de Deus, Pesqueira, Dormentes, Ouricuri e Recife.

Já o trabalho de Mobilização Social em Obras, compreende um conjunto de projetos, ações e atividades sociais realizadas associadamente com obras que beneficiam áreas e populações usuárias dos serviços da Compesa. Através desse trabalho, são realizadas atividades como reuniões comunitárias, palestras, oficinas, visitas institucionais, gincanas, dinâmicas, abordagens educativas e informativas, entre outras, que permitem aos beneficiários uma melhor convivência com as obras e os sensibiliza para uma utilização eficiente dos sistemas implantados.

No ano de 2020, foram acompanhadas e executadas atividades ligadas a 25 obras em mais de 15 municípios do estado. Porém, em virtude da pandemia do COVID-19, parte das obras em atividade foram temporariamente suspensas, como estratégia de contenção do avanço das contaminações pelo novo vírus. As obras em atividade na Região Metropolitana seguiram acompanhadas, garantindo a segurança da equipe e da população envolvida.

Além disso, foram utilizados recursos digitais para disseminação de informações, realização de reuniões, palestras e quando extremamente necessário, eram desenvolvidas atividades com contato direto com a população.

**9.2 Programa Florestar**

O Programa Florestar promove a educação e a disseminação da importância da preservação ambiental, proteção dos recursos hídricos e ampliação da cobertura vegetal. Em 2020 foram produzidas cerca de 98 mil mudas florestais do bioma da mata atlântica e caatinga.

As mudas dos Viveiros Florestais são utilizadas para as compensações ambientais pela supressão de vegetação necessária para a implantação de obras da Compesa. Em 2020 a Companhia prestou manutenção em cerca de 82 hectares de áreas vegetadas, provenientes dos contratos de compensação ambiental e também implantação dos Cinturões Verdes nas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE).

Viveiros Florestais Educadores, Oficinas e Eventos, Semeando Cidadania e o Florestar Vai à Escola, são algumas linhas de atuação desse programa que recebe visitas de grupos, escolas, organizações sociais, associações comunitárias e colaboradores. Em 2020 o Programa Florestar reestruturou seu Plano Pedagógico e adapta as atividades de educação ambiental à plataforma online, contemplando os municípios de Olinda e Sertânia com o Programa Florestar Vai à Escola.

**9.3 Sistema de Gestão Integrado**

A Compesa implantou em 15 unidades no ano de 2017 um Sistema de Gestão Ambiental baseado nos requisitos da norma ISO 14001:2015, que busca o controle dos aspectos ambientais por meio de uma abordagem estruturada e planejada de gestão ambiental. Adicionalmente, desde janeiro de 2019 o sistema de gestão da qualidade é certificado na ISO 9001:2015 para o escopo Gestão de Projetos de Engenharia, Gestão de Obras e Gestão de Licitação, mantendo em 2020, as unidades certificadas.

**9.4 Universo Compesa**

Em 2020 a pandemia forçou todo o país a tomar medidas imprescindíveis para o seu combate e nesse momento, a Compesa reforçou ainda mais o seu compromisso com a população. Internamente, algumas medidas foram necessárias, destacando-se: ajuste na rotina de trabalho como medida preventiva para garantir a segurança dos empregados, parceiros, fornecedores e clientes, adotando o regime de home office para os colaboradores administrativos, mas sem comprometer a excelência na prestação dos serviços.

**9.5 Estratégias durante a pandemia**

Em meio à crise sanitária da Covid-19, algumas medidas foram necessárias, destacando-se: ajuste na rotina de trabalho como medida preventiva para garantir a segurança dos empregados, parceiros, fornecedores e clientes, adotando o regime de home office para os colaboradores administrativos, mas sem comprometer a excelência na prestação dos serviços.

- Além disso, merecem destaque as ações externas:
- Estruturação do Comitê de Acompanhamento e Combate à Propagação do Coronavírus;
  - Isenção de faturamento para clientes de tarifa social;
  - Parceria com o Ministério Público para Instalação de 73 Lavatórios de mãos públicos, em 18 municípios de todo o estado;
  - Ampliação da produção do Sistema Tapacurá, para beneficiar 150 mil pessoas;
  - Doação de 900 caixas d’água para famílias de baixa renda, em parceria com as empresas privadas Sabará e Tigre;
  - Instalação de pias em 22 terminais integrados da RMR;
  - Mais de 127 milhões de litros de água distribuídos por carros-pipa em 460 localidades;
  - Obras emergenciais na RMR, beneficiando 453.774 pessoas e no interior, beneficiando 407.100 pessoas;
  - Doação de 108.288 copos de água para ações de combate à Covid do Governo do Estado para a Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas;
  - Redução de rodízio em 40 municípios.

As medidas emergenciais adotadas pela Compesa para o enfrentamento da Covid-19, alinhadas às estratégias do Governo do Estado, posicionaram Pernambuco no ranking nacional de ações estratégicas de enfrentamento da pandemia.

**10. INOVAÇÃO**

Em 2020, a Compesa implantou o seu novo modelo de Gestão da Inovação, com monitoramento mensal em nível tático dos principais projetos de inovação da Companhia e discussões em nível estratégico no âmbito do Comitê de Imagem, Socioambiental e inovação.

O objetivo principal do modelo de gestão é possibilitar que ideias inovadoras saiam do papel e se tornem referência para a qualidade dos serviços prestados, auxiliando o atingimento dos objetivos estratégicos e mitigação dos riscos da Companhia.

O fortalecimento da cultura de inovação avançará em 2021 com criação de estratégia corporativa para ampliação da capilaridade do Programa INOVA Compesa e a realização de cursos, workshops e simpósios de inovação. Ademais, em 2021, a Compesa espera investir mais de R\$ 6 milhões em projetos de inovação e lançar o seu primeiro Ciclo de Inovação Aberta, convocando todo o ecossistema de inovação para auxiliar a Companhia no enfrentamento dos seus principais desafios.

Em qualquer empresa inovar é fundamental para alcançar a sustentabilidade econômica, social e ambiental. O setor de saneamento especificamente é chamado

cada vez mais a inovar para aumentar a sua eficiência e melhorar sua prestação de Serviço. Pensando nisso, desde 2017 a Compesa possui um programa corporativo de inovação: INOVA Compesa. O INOVA é um hub de estratégias de inovação que visa, por meio de parcerias com diversos setores da sociedade, impulsionar a Compesa na busca por soluções inovadoras para os seus desafios.

O INOVA Compesa é conduzido pelo Núcleo de Apoio à Gestão da Inovação – NAGI. Para permitir que a inovação seja estratégia transversal na Companhia, o Modelo de Gestão da Inovação também contou com a participação do Comitê de Imagem, Socioambiental e Inovação, que teve como uma de suas missões monitorar um portfólio de projetos de inovação alinhados aos horizontes de crescimento e à capacidade de investimento.

Para transformar as ideias em realidade, o INOVA conta com três importantes projetos:

 <p>Estimular a geração de ideias inovadoras, por parte dos colaboradores, para contribuir na superação de desafios do Ciclo de Saneamento.</p>	 <p>Proporcionar o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas, visando à promoção do intercâmbio de conhecimento entre Instituições de Ensino, Compesa e a Sociedade.</p>	 <p>Criar parcerias entre a Compesa e empresas privadas para geração de novos negócios.</p>
--	--	--

Agindo como catalisador da inovação, o INOVA Compesa, monitora projetos como o desenvolvimento do sistema Cooperação IoT. Esse sistema, desenvolvido por pesquisadores internos da Gerência de Automação em 2017, tem o objetivo de atender as necessidades específicas do setor operacional de saneamento dentro do universo de Internet das Coisas (do inglês, Internet of Things, IoT). Atualmente o projeto conta com parceria com o Partel e busca viabilizar a produção em escala industrial de controladores on/off e dataloggers desenvolvidos pela Compesa.

Outra importante ferramenta para a inovação, são os Procedimentos de Manifestação de Interesse - PMI, uma oportunidade para que empresas particulares possam elaborar modelagens para estruturação da delegação de utilidade pública. Em 2020, a Compesa lançou três PMIs, tendo como temas a estruturação de contratos de performance para redução de perdas, geração de energia e a elaboração de modelos de negócio para reuso de efluentes, lodos e biogás gerados nas ETES.

No âmbito do Imagina, a Compesa lançou três concursos de ideias em 2020, focando nas temáticas de resposta a pandemia da Covid-19, sustentabilidade e redução de perdas de água. Por meio desses concursos foram implantadas ideias de compesianos que ajudaram a Compesa a superar este ano desafiador e ainda contribuíram com a sociedade. Entre essas ideias, vale ressaltar as Compias, lavatórios feitos a partir de materiais hidráulicos reutilizados que foram instalados, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, em 40 pontos no estado de Pernambuco.

O apoio à pesquisa também foi bastante presente em 2020, a Compesa em parceria com a UFPE e UFRPE aprovou seis projetos de pesquisa no edital do CNPq nº 12/2020, de apoio ao Mestrado e Doutorado Acadêmicos para Inovação. Os projetos envolvem campos do conhecimento como ciência de dados, modelagem de sistemas de abastecimento de água e biotecnologias para tratamento de esgotos.

**11. DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**

Um pilar continuamente fortalecido pela Compesa é o aprendizado e crescimento de seus colaboradores. No Programa de Educação Corporativa de 2020 foram capacitados mais de 48% dos colaboradores, totalizando 3.051 capacitações e mais de 21.500 horas de treinamento.

A Compesa também vem investindo na gestão do conhecimento, capacitando instrutores internos e promovendo-os como facilitadores e disseminadores de conhecimento e promovendo treinamentos na modalidade Ensino a Distância – EAD.

Em 2020, a Companhia totalizou 17.897 horas de treinamentos nessa última modalidade. Ainda em 2020, a companhia realizou workshops para lideranças em diversas áreas estratégicas, alcançando cerca de 130 líderes e totalizando mais de 1.000 horas de capacitação para esse público.

**12. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este relatório apresenta de modo bastante sucinto as principais ações desenvolvidas pela Compesa no ano de 2020, demonstrando sua capacidade de execução dos compromissos firmados e com a prestação de serviços de qualidade. A busca pela universalização tem sido o principal direcionamento do Governo do Estado de Pernambuco, na realização de grandes e pequenas obras, da capital ao interior, buscando levar mais qualidade de vida para toda a população pernambucana.

Com 50 anos, a Compesa é uma empresa que se reinventa, sem abrir mão do aprendizado conquistado ao longo de sua história. A Companhia é referência no cenário nacional porque tem uma gestão forte, integrada e baseada no alcance de resultados sustentáveis, adotando práticas de monitoramento, modernização tecnológica e capacitação continuada, com respeito pela sociedade e preservação do meio ambiente, dentro de rígido controle orçamentário e com princípios de eficiência e transparência.

Mesmo diante da pandemia da Covid-19, que trouxe grandes desafios para o Brasil e o mundo, o ano de 2020 foi marcado pela continuidade do crescimento e uma carteira de investimentos de R\$ 611 milhões, aplicados na ampliação e melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Cerca de 7,5 milhões de habitantes são atendidos diariamente pela Companhia, motivo que muito nos orgulha e que nos desafia para sermos ainda melhores e mais eficientes nos serviços prestados e para isto, mais de seis mil colaboradores diretos e indiretos dedicam esforços na melhoria contínua.

A Compesa inicia um novo ciclo com o desafio de fortalecer tudo o que tem dado certo e com a ousadia de mudar o que for necessário. Para isto, dois pilares embasam este novo momento: integração e atendimento ao cliente com qualidade.

O cenário de 2021 revela que será um ano ainda mais desafiador, mas apoiados pelo Governador Paulo Câmara, consubstanciados por estratégias bem definidas com um monitoramento efetivo baseado em decisões sólidas e tempestivas e com o engajamento de todos os que fazem a Compesa, temos a certeza de que venceremos mais um ano. É hora de unirmos nossos esforços, com a determinação de que cada um de nós é responsável por fazer as coisas acontecerem, prestando um serviço cada vez melhor para todos os nossos clientes.

Os próximos 50 anos estão apenas começando.

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## Aos

**Acionistas e Administradores da  
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA  
Recife - PE**

## Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Reconhecimento de receita e ambiente de tecnologia da informação

Conforme apresentado na Nota Explicativa 24, as receitas do fornecimento de água e tratamento de esgoto e atividades associadas a estes serviços estão sendo reconhecidas quando há o cumprimento das obrigações de desempenho junto ao consumidor por meio do fornecimento de água. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações contábeis, o que de forma inerente adiciona componentes de risco de fraude.

Observa-se ainda, que as transações de fornecimento de água e tratamento de esgoto são processadas substancialmente por meio de rotinas e controles automatizados. Tendo em vista o risco de fraude decorrente da elevada dependência sistêmica sobre o processo de reconhecimento contábil da receita e das contas a receber, incluindo o ambiente de tecnologia, o sistema de informação e os controles sobre o acesso e gerenciamento de mudanças nos sistemas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria

### Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização de testes por meio de amostragem e com o auxílio de ferramentas de tecnologia da informação, para avaliar o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chaves sobre mudanças, alterações e acessos apropriados aos sistemas de operações de fornecimento de água. Analisamos ainda, também com o auxílio de ferramentas de tecnologia da informação, a interface e a integridade das informações entre os principais sistemas utilizados para o registro da receita e das contas a receber decorrentes do fornecimento de água e a respectiva geração das informações financeiras. Para as transações de fornecimento de água da Companhia, analisamos também a conciliação da receita faturada e não faturada com os respectivos saldos contábeis. Nossos procedimentos incluíram ainda a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas pela Companhia durante o exercício com a finalidade de avaliar o reconhecimento da receita e sua realização financeira, além da análise da liquidação subsequente do saldo das contas a receber em aberto na data base da auditoria.

Realizamos procedimentos analíticos sobre a receita do ano, comparando os montantes reconhecidos com as informações de consumo de água e a quantidade de unidades consumidoras da Companhia durante o exercício, bem como analisamos se o crescimento da receita, está de acordo com os reajustes tarifários aprovados pela Agência Estadual de Regulação de Pernambuco (ARPE).

Realizamos testes para obtermos segurança razoável sobre o "corte" de receita da Companhia efetivado no final do exercício, através do qual se reconhece nos registros contábeis, medições ainda não faturadas em função do período de leitura dos medidores dos consumidores da Companhia. Avaliamos também a adequada divulgação em notas explicativas dos elementos relevantes associados às receitas e as contas a receber de clientes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento contábil das receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa

Conforme a Nota Explicativa nº7, durante o exercício corrente a Companhia revisou sua estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o que envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída levando em consideração as expectativas da Administração e é fundamentada de acordo com política interna da Companhia.

### Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recalculo matemático da referida provisão e desafiosamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde totalizamos todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa. Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Assim como a revisão da adequada divulgação da Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento da provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Plano de aposentadoria e assistência médica

Conforme apresentado na Nota Explicativa 21, a Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também é patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aposentados. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos por atuário independente. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada. Considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado a determinação dos passivos atuariais, este assunto foi considerado relevante para nossa auditoria. Eventuais variações nas premissas utilizadas, tais como taxa de juros de Longo Prazo, tábuas de mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente na determinação do valor dos passivos reconhecidos pela Companhia.

### Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para auxiliar-nos na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e confrontamos os dados utilizados com aqueles praticados no mercado. Além disso, revimos uma adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento contábil de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis em conjunto.

### Provisão para contingências

Conforme apresentado na Nota Explicativa 20, a Companhia é parte passiva com probabilidade provável de desembolso financeiro em diversos processos trabalhistas, cíveis e tributárias, decorrentes de suas atividades operacionais, cujo valor total soma um montante de R\$ 88.583 mil. Devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, e ao alto grau de julgamento envolvido para determinar se uma provisão deve ser registrada, bem como considerando-se a complexidade do ambiente jurídico no Brasil, o monitoramento desse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria.

### Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos em aberto com as posições mantidas pela administração, bem como a realização de reuniões periódicas com a administração e com o departamento jurídico, para discutir as premissas utilizadas para contabilização e a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Além disso, avaliamos se as divulgações sobre o assunto, constantes da Nota Explicativa nº 20, estão adequadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de provisões para contingências da Companhia são apropriadas para suportar os saldos contabilizados e as informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Contratos de concessão

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R\$ 7.450.886 mil registrado no Ativo Intangível, líquido das amortizações, relacionado a investimentos realizados em contratos de concessão de serviços de saneamento. Os investimentos realizados possuem expectativa de recuperação ao longo dos contratos de concessão, com base no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários. As análises das estimativas futuras do fluxo de caixa descontado a valor presente, refletem a situação de avaliação de usufruto dos benefícios econômicos vinculados a esses contratos de concessão, nas quais se exige um alto grau de julgamento da Administração nas projeções de resultados.

A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de recuperabilidade desses ativos, por meio do método de determinação do valor com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos significativos sobre os resultados futuros do negócio.

### Resposta da auditoria sobre o assunto

Como procedimento de auditoria para fazer frente ao conforto na manutenção do registro dos saldos do referido ativo, adotamos os seguintes procedimentos: (i) avaliamos as previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC); (ii) questionamos as principais premissas da Administração que foram utilizadas para determinar a taxa de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto utilizada, avaliando a composição do custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias, individual ou coletivamente, avaliamos os impactos que poderiam resultar em reconhecimento de provisão (impairment) do ativo intangível, e consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas; e (iii) Analisamos a adequação das divulgações relacionadas com estas transações, seus riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento e avaliação dos saldos de ativos intangíveis relativos aos contratos de concessão, são apropriados para suportar os saldos contábeis e as informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado - DVA

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 29 de março de 2021.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2 PE 001269/F-8

**Jairo da Rocha Soares**  
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - PE

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	174.413	123.658
Contas a receber de clientes	7	599.836	567.266
Estoque	8	17.263	36.151
Ativo fiscal corrente	9	84.952	63.094
Convênios e outros investimentos	10	16.683	15.116
Outros créditos a receber	11	3.835	3.314
Despesas antecipadas		260	589
Total do ativo circulante		897.242	809.188
<b>Não circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a receber de clientes	7	22.322	23.798
Ativo fiscal diferido	9	266	2.518
Convênios e outros investimentos	10	149.164	155.268
Depósitos judiciais	20	64.987	70.386
Ativo de Contratos	12	159.256	128.268
		395.995	380.238
Imobilizado	13	50.461	61.533
Intangível	14	7.450.886	6.890.092
Total do ativo não circulante		7.897.342	7.331.863
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8.794.584</b>	<b>8.141.051</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Arrendamento Mercantil	16	11.403	10.713
Empréstimos e financiamentos	17	59.356	45.133
Fornecedores	17.b	133.131	155.685
Debêntures	17.a	41.735	47.031
Depósitos e retenções contratuais		425	327
Passivo fiscal - corrente	18	34.580	23.407
Passivo fiscal - diferido	18	7.649	7.649
Consignações a recolher		7.216	5.255
Salários e encargos sociais a pagar	19.a	50.550	50.929
Juros sobre capital próprio a pagar	19.b	85.759	72.673
Outras contas a pagar	19.b	14.551	13.431
Total do passivo circulante		446.355	432.233
<b>Não circulante</b>			
Arrendamento Mercantil	16	6.730	14.681
Empréstimos e financiamentos	17	171.063	132.409
Debêntures	17.a	18.035	44.520
Provisões e passivos contingentes	20	88.583	79.390
Passivo fiscal - corrente	18	490	554
Passivo fiscal - diferido	18	36.090	34.579
Outras contas a pagar	19.b	1.149.153	964.687
Juros sobre capital próprio - Estado de Pernambuco	19.b	39.376	8.531
Benefício a empregados	21	212.736	205.001
Total do passivo não circulante		1.722.256	1.484.352
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.168.611</b>	<b>1.916.585</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		5.704.894	5.082.376
Adiantamento para futuro aumento de capital		724.691	957.564
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.193)	(32.953)
Reservas de Lucros		200.581	217.479
Lucros/Prejuízos acumulados		-	-
Total do patrimônio líquido	23	6.625.973	6.224.466
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>8.794.584</b>	<b>8.141.051</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
<b>Receita Líquida</b>	24	2.350.619	2.089.138
Custo dos serviços prestados	25	(1.708.518)	(1.537.871)
Lucro bruto		642.101	551.267
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Comerciais	26.a	(196.483)	(126.651)
Administrativas	26.b	(198.805)	(196.061)
Tributárias	26.c	(12.250)	(8.850)
Honorários da administração		(1.555)	(894)
Outras receitas (despesas), líquidas	26.d	4.623	796
		(404.470)	(331.660)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>237.631</b>	<b>219.607</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>27</b>	<b>37.595</b>	<b>66.122</b>
Despesas financeiras	27	(81.810)	(92.961)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	27	(44.215)	(26.839)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>193.416</b>	<b>192.768</b>
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente	18	(14.669)	(2.939)
Contribuição social sobre o lucro líquido - diferido		(1.508)	(12.911)
Imposto de renda - diferido		-	35.937
Lucro líquido do exercício		177.239	212.855
Resultado por ação		-	-
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)	1,13	1,53	1,53

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(Em milhares de Reais)

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>177.239</b>	<b>212.855</b>
<b>Resultados abrangentes</b>		
Ganhos atuariais líquidos - Plano de pensão e saúde	(55.734)	42.052
Variação líquida do valor justo de investimentos	215	(449)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>121.720</b>	<b>254.458</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(Em milhares de Reais)

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
<b>Receitas</b>		
Água, esgoto e serviços	1.827.996	1.749.161
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(142.404)	(69.645)
Cancelamento	(22.741)	(18.331)
Outros	3.694	(301)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais consumidos	(34.632)	(76.635)
Energia	(211.341)	(174.979)
Serviços de terceiros	(339.555)	(347.930)
Outros	(64.274)	(79.250)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.016.743</b>	<b>982.090</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortização	(81.181)	(62.075)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>935.562</b>	<b>920.015</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	37.595	66.122
Aluguéis	929	1.097
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>974.086</b>	<b>987.234</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>	<b>324.287</b>	<b>306.114</b>
Remuneração direta	209.237	192.027
Benefícios	100.194	99.282
FGTS	14.856	14.805
<b>Tributos</b>	<b>390.032</b>	<b>374.475</b>
Federais	379.635	363.254
Estaduais	10.217	8.826
Municipais	180	2.395
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>82.528</b>	<b>93.790</b>
Juros	81.810	92.961
Aluguéis	718	829
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>177.239</b>	<b>212.855</b>
<b>Juros Sobre o Capital Próprio - JSCP</b>	<b>85.525</b>	<b>72.315</b>
Resultados retidos	91.714	140.540
<b>Total distribuído</b>	<b>974.086</b>	<b>987.234</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(Em milhares de Reais)

	Nota	23	Reservas							Total
			Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para dividendos adicionais	Lucros/Prejuízos acumulados	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>			<b>5.010.683</b>	<b>513.907</b>	<b>(14.837)</b>	<b>25.646</b>	<b>51.293</b>	<b>71.693</b>	-	<b>5.658.385</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital			-	443.657	-	-	-	-	-	443.657
Integralização de capital			71.693	-	-	-	-	(71.693)	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial			-	-	449	-	-	-	-	449
Ajuste benefício a empregados			-	-	(18.565)	-	-	-	-	(18.565)
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	-	-	212.855	212.855
Juros sobre o capital próprio			-	-	-	-	-	-	(72.315)	(72.315)
Constituição de reservas			-	-	-	10.643	21.286	108.611	(140.540)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>			<b>5.082.376</b>	<b>957.564</b>	<b>(32.953)</b>	<b>36.289</b>	<b>72.578</b>	<b>108.611</b>	-	<b>6.224.465</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>			<b>5.082.376</b>	<b>957.564</b>	<b>(32.953)</b>	<b>36.289</b>	<b>72.578</b>	<b>108.611</b>	-	<b>6.224.465</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital			513.907	(232.873)	-	-	-	-	-	281.034
Integralização de capital			108.611	-	-	-	-	(108.611)	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial			-	-	215	-	-	-	-	215
Ajuste benefício a empregados			-	-	28.545	-	-	-	-	28.545
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	-	-	177.239	177.239
Juros sobre o capital próprio			-	-	-	-	-	-	(85.525)	(85.525)
Constituição de Reservas			-	-	-	8.862	17.724	65.128	(91.714)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>			<b>5.704.894</b>	<b>724.691</b>	<b>(4.193)</b>	<b>45.151</b>	<b>90.302</b>	<b>65.128</b>	-	<b>6.625.973</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(Em milhares de Reais)

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>177.239</b>	<b>212.855</b>
Ajustes por:		
Depreciação	16.143	2.269
Amortização	65.039	48.933
Despesas financeiras	982	47.168
Perdas por baixa de clientes	142.404	69.645
Ajuste a valor presente	(4.796)	-
Constituição (Reversão) das provisões para contingências	9.308	7.760
Ganhos e perdas atuariais	33.002	3.065
Ajuste de estoque	(80)	1.137
Recuperação PIS/COFINS	-	(2.031)
Recuperação de CBOS - Investimento (PPP)	(54.558)	(44.306)
Tributos Diferidos	1.445	5.495
	386.128	351.990
<b>Variações patrimoniais</b>		
(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(168.702)	(121.130)
Estoques	18.967	13.860
Tributos a recuperar e diferidos	(21.858)	(1.196)
Créditos de convênios	9.680	(14.667)
Outros créditos a receber	(521)	14.171
Despesa antecipada	329	943
Depósitos judiciais	5.399	20.761
Fornecedores	(22.554)	27.632
Depósitos e retenções contratuais	99	(2.293)
Tributos a recolher	11.173	(5.210)
Consignações a recolher	1.960	116
Salários e encargos sociais a pagar	(11.005)	(4.670)
Outras contas a pagar	(10.581)	(11.836)
Provisões para contingências	(115)	56
Benefícios a empregados	(2.274)	(4.325)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>196.125</b>	<b>264.202</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Outros Investimentos - aplicações financeiras	13.657	1.385
Ativo Imobilizado	(5.071)	(7.762)
Ativos Intangível	(409.000)	(522.020)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(400.414)</b>	<b>(528.397)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	105.361	78.680
Amortização de empréstimos e financiamentos	(45.841)	(41.755)
Amortização de debêntures	(24.664)	(56.613)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	(19.252)	(30.440)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(41.594)	(84.816)
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	281.034	443.657
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>255.044</b>	<b>308.713</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>50.755</b>	<b>44.518</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	123.658	79.140
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	174.413	123.658
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>50.755</b>	<b>44.518</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA (“Companhia” ou “COMPESA”), sediada Av. Cruz Cabugá, 1387 - Santo Amaro, Recife - PE, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado de Pernambuco e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, regulada pela ARPE - Agência Reguladora de Pernambuco, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Compesa, por meio de concessões municipais, explora a prestação de serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto em 173 dos 184 municípios do Estado de Pernambuco e o distrito de Fernando de Noronha. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 40 anos. Do total de 176 concessões municipais operadas, apenas 12 estão operando sem contratos. Para estes casos, a diretoria da Compesa instituiu em setembro de 2019 uma Comissão Multidisciplinar de dedicação exclusiva para as questões de estabelecimento, renovação e regularização dos contratos de concessão/programa. A referida Comissão, inclusive tem a incumbência de realizar a elaboração de estudos técnicos e de viabilidade econômica e financeira que poderiam ser usados pelos Municípios para a elaboração de seus respectivos planos de saneamento. O grande objetivo desta Comissão é dar maior celeridade ao referido processo de renovação contratual e promover uma maior capilaridade, integração e interação entre os diversos setores da companhia que contribuem direta ou indiretamente para a elaboração destes contratos.

O quadro a seguir evidencia a distribuição das concessões atualmente em vigor na Compesa, além de apresentar a data de expiração dos contratos, o período restante de cada um deles e o faturamento decorrente:

Período	Tipo de Instrumento	Faturamento Data Base (*) 31/12/2020	%
Acima de 25 anos	Contrato de Programa	1.179.083	65,31%
Entre 11 e 24 anos	Contrato de Programa	137.771	7,63%
Entre 06 e 10 anos	Contrato de Programa	95.306	5,28%
Até 05 anos	Contrato de Programa	350.154	19,40%
Operando sem contrato		42.941	2,38%
<b>Total</b>		<b>1.805.255</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Refere-se ao faturamento bruto de água e esgoto deduzido dos cancelamentos

## 2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Portanto, as Demonstrações contábeis estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As Demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 29 de março de 2021.

### 2.1 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações, inclusive, no período, avaliou os impactos da COVID-19. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

### 2.2 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

### 2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Informações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### 3.1 Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2020

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas Informações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações contábeis da adoção destas normas:

**Alteração das normas IAS 1** – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

**Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020** – Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

**Alteração da norma IAS 16** – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para

a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

**Alteração da norma IAS 37** – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

**Alteração da norma IFRS 3** – Referências a estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

**Alteração da norma IFRS 17** – Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis.

**Alteração da norma IFRS 4** – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis.

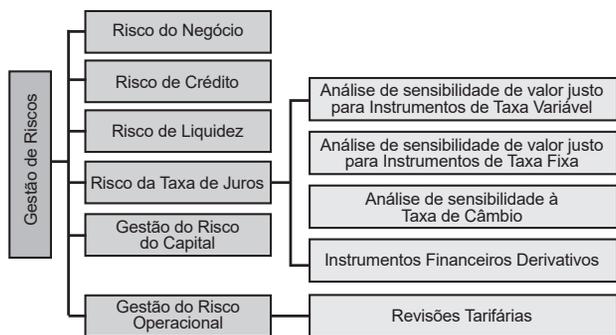
## 4. GESTÃO DE RISCOS

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho designou aos diretores da Companhia a responsabilidade pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os diretores reportam-se regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por esta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites estabelecidos. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem o objetivo de desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

O Conselho de Administração da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento destes em relação àqueles enfrentados pela Companhia.

A Presidência da Companhia é assistida no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões especiais de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Presidente. A análise da Gestão de Riscos da Compesa foi assim classificada:



Nas próximas seções são apresentadas cada um destes conceitos, bem como os seus principais objetivos.

### 4.1 Gestão do Risco do Negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, assim como coletar, tratar e lançar esgotos sanitários para as concessões municipais operadas no Estado de Pernambuco. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera por contratos de concessão e contratos de programas, os quais têm prazo de duração restante média de 40 anos.

Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco (ARPE).

### 4.2 Risco de Crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de um cliente, nos casos do não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (Compesaprev, Compesasaúde e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

No que se refere ao risco de créditos com seus clientes, a exposição da Companhia é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito). A Diretoria de Mercado e Atendimento (DMA), responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, bem como mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Em 2020, a Companhia deu prosseguimento às medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

O risco de não realização dos ativos atuariais com o COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a COMPESA, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008 emitida pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, para fazer em face de este ressarcimento. Com o objetivo de mitigar este risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (COMPESA).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito, que na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos financeiros não derivativos	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalente de caixa	174.413	123.658
Contas a receber de clientes	622.158	591.064
Créditos de convênios e outros investimentos	165.847	170.384
Outros créditos a receber	3.835	3.314
<b>Total</b>	<b>966.253</b>	<b>888.420</b>

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis era:

Ativos financeiros não derivativos	31/12/2020	31/12/2019
Não vencidos	574.916	525.009
Vencidos de 0 a 30 dias	57.849	63.882
Vencidos de 31 a 60 dias	31.354	31.428
Vencidos de 61 a 90 dias	24.334	25.709
Mais de 90 dias	277.800	242.392
<b>Total</b>	<b>966.253</b>	<b>888.420</b>

### 4.3 Risco de Liquidez

Baseia-se nas dificuldades em que a Companhia poderá encontrar em cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia na Administração desse risco é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez para cumprir com suas obrigações a vencerem, sobre condições normais, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para minimizar tais riscos, em 2011, a Companhia negociou com o BNDES (Debêntures) a revisão das suas obrigações contratuais e destina, desde então, a disponibilidade de recursos em aplicações financeiras que garantam a liquidez imediata dos seus passivos financeiros e, quando necessário, pode utilizar recursos financeiros de seu controlador, oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital.

Ademais, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos covenants definidos nos contratos de debêntures junto ao BNDES.

A seguir, estão as maturidades de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos Financeiros não derivativos	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	230.419	177.542
Fornecedores	133.131	155.685
Outras contas a pagar	1.203.080	986.649
Consignações a recolher	7.216	5.255
Debêntures	59.770	91.551
<b>Total</b>	<b>1.633.616</b>	<b>1.416.682</b>

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de Caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses
Empréstimos e financiamentos bancários	230.419	230.419	28.098	31.259
Fornecedores	133.131	133.131	66.566	66.565
Outras contas a pagar	1.203.080	1.203.080	6.403	6.403
Consignações a recolher	7.216	7.216	7.216	-
Debêntures	59.770	59.770	31.899	9.836
	<b>1.633.616</b>	<b>1.633.616</b>	<b>140.182</b>	<b>114.063</b>

Passivos financeiros não derivativos	1-2 anos	2-5 anos	mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos bancários	41.355	47.135	82.572
Fornecedores	-	-	-
Outras contas a pagar	6.733	2.283	1.181.258
Consignações a recolher	-	-	-
Debêntures	18.035	-	-
	<b>66.123</b>	<b>49.418</b>	<b>1.263.830</b>

### 4.4 Risco de Taxa de Juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (debêntures e empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e à Taxa de Referência (TR), e as aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que reflete as oscilações do mercado financeiro.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	966.253	888.420
Passivos financeiros	1.633.616	1.416.682
(a)	(667.363)	(528.262)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	149.519	137.297
Passivos financeiros	290.189	269.093
(b)	(140.670)	(131.796)
(a-b)	(526.693)	(396.466)

4.4.1 Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (outras contas a receber e Créditos - Convênios)

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos financeiros	966.253	966.253	888.420	888.420
Passivos financeiros	1.633.616	1.633.616	1.416.682	1.416.682
(a)	(667.363)	(667.363)	(528.262)	(528.262)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	149.519	149.519	137.297	137.297
Passivos financeiros	290.189	290.189	269.093	269.093
(b)	(140.670)	(140.670)	(131.796)	(131.796)
(a-b)	(526.693)	(526.693)	(396.466)	(396.466)

4.4.2 Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio

A Compesa não possui empréstimos em moeda estrangeira e por este motivo não opera com contratos de instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) sobre tais empréstimos. Diante deste cenário, não foi realizada a análise de sensibilidade desta variável, nem tão pouco calculado seus possíveis impactos sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

4.4.3 Instrumentos Financeiros Derivativos

A Compesa não possui empréstimos em moeda estrangeira e por este motivo não opera com contratos de instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) sobre tais empréstimos.

4.5 Gestão do Risco Operacional: Contratos de concessão

A Companhia incorre em riscos operacionais referentes ao descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as Prefeituras Municipais, que possam ensejar perda da Concessão e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com o órgão regulador ARPE.

Os serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência exclusiva dos municípios. Diante do verificado, a prefeitura, cujo contrato de concessão dos serviços públicos de água tratada e esgotamento sanitário se encontrar extinto, ou, pela ausência deste se caracterizar como precário (Lei nº 8.987/95 art. 42 e alterações posteriores), e objetivando regularizá-lo, deve formular a política pública de saneamento conforme legislação específica. Ainda, o município deverá nomear comissão específica que procederá ao trabalho de levantamento e avaliação necessária à determinação do montante de eventual indenização à concessionária.

O levantamento será feito através da apuração dos investimentos realizados, não amortizados pelas tarifas; pela depreciação dos bens que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, ou seja, reversíveis; e pela apuração contábil de todos os recursos auferidos ao longo da concessão pela concessionária em razão da prestação dos serviços.

Nestas condições observamos que, devido ao alto custo de infraestrutura, manutenção e Administração das Concessões, aliados à escassez de água em nossa região, estas se tornam menos atrativas para a iniciativa privada. Ademais, em decorrência do baixo desenvolvimento econômico dos municípios, consideramos como remota a possibilidade de não renovação das concessões.

A Compesa, a cada ano, vem melhorando a oferta de água, assim como a prestação de serviços. Além disso, a exploração deste negócio exige o dispêndio de elevados recursos e conhecimento técnico. O Governo do Estado, através da Companhia, tem investido recursos na ampliação e feito melhorias nos sistemas.

4.5.1 Revisões tarifárias

A ARPE, com base no Decreto Estadual nº 40.256/14 do Governo do Estado de Pernambuco, que altera o Decreto Estadual nº 33.354/2009, implantou a nova política tarifária por meio das resoluções nº 88/14 e nº 89/14, prevendo reajustes anuais através de índice que reflete a evolução de custos da concessionária, com o objetivo de recompor o valor das tarifas diante das variações monetárias. Também, nos mesmos diplomas legais, foi instituída a revisão tarifária quadrienal, a qual compreende a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas, observado o disposto no art. nº 38 da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

Porém, através da Resolução nº 131, de 11 de abril de 2018, a Arpe suspendeu os eventos da etapa final da Revisão Tarifária Ordinária de 2018 autorizando a aplicação do Índice de Reposicionamento Tarifário Provisório no valor de 2,78%, a partir de 12 de maio de 2018, adotando a mesma fórmula de reajuste anual tarifário, considerando o IPCA e IGP-M acumulados, de 1º fevereiro de 2017 à 28 de fevereiro de 2018, nos valores de 3,1843% e -0,0382%, respectivamente.

A Companhia apresentou, dentro do prazo estabelecido, o estudo de Gestão de Ativos adaptado às disposições metodológicas da Resolução ARPE nº 88/2014, e, em 31/12/2018, aguardava a redefinição de data por parte da ARPE para realização de Reunião Presencial referente à Audiência Pública nº 001/2018 (Revisão Tarifária Ordinária de 2018).

Em 05 de julho de 2019, foi realizada a Audiência Pública no. 002/2019, no auditório do Banco Central, quanto ao pleito de Revisão Tarifária Ordinária (RTO) dos Serviços de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários do Estado de Pernambuco, prestados pela COMPESA, em atendimento ao § 2º do art. 6º do Decreto Estadual no. 29.367/2006.

Ficou estabelecido o Índice de Reposição Tarifária (IRP) apresentado pela ARPE, segundo o quadro a seguir:

Descrição	Valor (R\$ mil)	
	Antes da aplicação das Metas Regulatórias	Após a aplicação das Metas Regulatórias
Despesas de Exploração (DEX)	877.295	863.929
Contraprestação Operação Sistema (COS)	228.826	228.826
Quota de Reintegração Regulatória (QRR)	32.591	32.591
Retorno do Capital (RC)	348.707	348.476
Receitas Indiretas (RI)	-19.152	-19.152

Fonte: ARPE (2019)

Descrição	Valor (R\$ mil)	
	Antes da aplicação das Metas Regulatórias	Após a aplicação das Metas Regulatórias
Receita Requerida Preliminar (antes da RIR)	1.468.268	1.454.670
Receitas Irrecuperáveis Regulatórias (RIR)	79.286	78.552
Tributos sobre Faturamento (TSF)	99.750	98.849
Receita Requerida (RR)	1.647.304	1.632.071
Receita Atual (RA)	1.514.000	1.529.341
Insuficiência Tarifária (RA-RR)	-133.304	-102.730
Índice de Reposicionamento Tarifário - IRP (%)	8,80	6,72

Fonte: ARPE (2019)

Da insuficiência tarifária identificada no processo de Revisão antes da aplicação das metas regulatórias, ficou decidido que 6,72% serão compensados pelos usuários dos serviços pelo aumento das tarifas e 2,08% virão do esforço operacional da Compesa para reduzir perdas e despesas de exploração. A aplicação do reajuste tarifário foi realizada em 12 de agosto de 2019.

Conforme resultado da Audiência Pública e de acordo com a Nota Técnica ARPE/DEF/CTEEF no. 02/2018, para a obtenção dos Índices de Reajustes Tarifários Anuais do período de 2020 a 2022, será utilizada a equação  $IRT = (0,852 \times IPCA + 0,148 \times IGP) - 0,005$ .

Em alinhamento às medidas de enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19), com o objetivo de mitigar aumento de custos para seus usuários durante a fase crítica, a Compesa e o Governo do Estado de Pernambuco suspenderam o reajuste tarifário anual, correspondente ao período de julho de 2019 a junho de 2020. Tal reajuste deveria ter sido incorporado em agosto/2020, mas, em virtude da pandemia de COVID-19 fora adiado.

Embora tal pandemia não tenha chegado ao fim, em conformidade com a Lei Federal no. 11.445/2007, os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico são realizados no intervalo mínimo de doze meses. Em novembro/2020 a Companhia protocolou junto à ARPE requerimento referente à retomada do processo de reajuste ora suspenso.

Assim, por meio da Resolução no. 170, de 3 de dezembro de 2020, a ARPE autorizou a aplicação do índice de reajuste de 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) nas tarifas dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitário do Estado de Pernambuco, prestados pela Compesa, considerando a variação acumulada dos índices componentes da fórmula tarifária, no período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A aplicação do reajuste tarifário entrou em vigor a partir de 3 de janeiro de 2021, dezesseis meses após o último reajuste.

4.6 Gestão de Risco do Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um rating de crédito forte perante as instituições, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de juros sobre capital próprio, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o período findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A companhia utiliza como métrica de alavancagem, para atendimento aos Covenants contratuais junto às instituições financeiras, a relação dívida líquida/EBITDA (calculados de acordo com as regras dos contratos firmados). Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa, tal como demonstrado a seguir:

Descrição	2020	2019
Passivo	(A) = 332.908	300.702
Disponibilidades	+ 174.413	123.658
Aplicações financeiras de longo prazo	+ 12.794	16.424
Aplicações financeiras de longo prazo - convênios	+ 8.078	9.784
Disponibilidades e Aplicações Financeiras (B)	= 195.286	149.866
<b>Dívida líquida (C) = (A-B)</b>	<b>= 137.622</b>	<b>150.836</b>

Margem EBITDA		
Memória de Cálculo da Margem EBITDA	2020	2019
Lucro Operacional	193.416	192.768
Resultado Financeiro	(44.215)	(26.839)
Depreciação e Amortização	(81.181)	(62.076)
Ganho / Perda com Imobilizado e Investimentos	-	(9.445)
Outros (não recorrentes)	-	-
EBITDA (LAJIDA)	318.812	291.128
Receita Líquida	1.739.288	1.568.213
<b>Margem EBITDA</b>	<b>18,33%</b>	<b>18,56%</b>

Dívida Líquida/EBITDA

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA			
		2020	2019
Amortização	+	70.506	86.723
Juros Pagos	+	19.251	22.846
Serviço da Dívida	(A) =	89.757	109.569
EBITDA do exercício	(B)	318.812	291.622
Índice	(B/A)	3,55	2,66
<b>Dívida líquida sobre o EBITDA</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	+	59.356	45.133
Debêntures - Circulante	+	41.735	47.031
Tributos a Recolher - Circulante	+	42.229	31.055
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	+	171.063	132.409
Debêntures - Não Circulante	+	18.035	44.520
Tributos a Recolher - Não Circulante	+	36.579	35.134
(-) Impostos sobre Convergência	+	(36.089)	(34.581)
Passivo	(C) =	332.908	300.702
Disponibilidades	+	174.413	123.658
Aplicações financeiras de longo prazo	+	12.794	16.424
Aplicações financeiras de longo prazo - convênios	+	8.078	9.784
Disponibilidades e Aplicações Financeiras (D)	=	195.286	149.866
Dívida líquida	(E) = (C-D)	137.622	150.836
EBITDA (Acumulado últimos 12 meses)	(F)	318.812	291.128
<b>Dívida líquida / EBITDA →</b>	<b>(E/F)</b>	<b>0,43</b>	<b>0,52</b>

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS E JULGAMENTOS EXERCIDOS

Conforme orientações emanadas pelo Comitê Internacional de Políticas Contábeis (IASB), as políticas contábeis e os julgamentos utilizados para a mensuração dos ativos e passivos estão contidos nas mesmas seções na quais se apresenta o detalhamento dos respectivos elementos patrimoniais.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

Composição dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos bancários vinculados	45.766	12.569
Aplicações financeiras	128.647	111.089
	<b>174.413</b>	<b>123.658</b>

Tipo de Aplicação Financeira	Taxa	31/12/2020	31/12/2019
Fundos de Investimento	99% a 67%	75.209	88.809
CDB	97% a 55%	53.438	22.280
		<b>128.647</b>	<b>111.089</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimentos em Renda Fixa. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de Aplicações Financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Algumas relações podem ser estabelecidas a partir do conhecimento dos valores do Caixa e Equivalente de Caixa. A primeira delas associa o montante destes com o passivo da Companhia, possibilitando assim o conhecimento sobre o total da dívida líquida. Nesse sentido, informa-se que:

	31/12/2020	31/12/2019
Total do passivo	2.168.611	1.916.585
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(174.413)	(123.658)
<b>Dívida Líquida (A)</b>	<b>1.994.198</b>	<b>1.792.927</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido (B)</b>	<b>6.625.973</b>	<b>6.224.466</b>
<b>Relação Dívida Líquida sobre PL (A/B)</b>	<b>0,30</b>	<b>0,29</b>

A dívida líquida da companhia (A), em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.994.198 (R\$ 1.792.927 em 2019). Por outro lado, o montante do Patrimônio Líquido (B) da Compesa corresponde a R\$ 6.625.973 (R\$ 6.224.466 em 2019). Confrontando-se o total do PL da Companhia com sua dívida líquida obtém-se um índice de 0,30 (0,29 em 2019), indicando que o valor do PL corresponde a mais que o triplo de sua dívida, evidenciando, assim, um baixo nível de endividamento pela Companhia.

Outra relação que se pode obter a partir dos valores relacionados com o montante do Caixa e Equivalente de Caixa da Companhia é a sua relação com o Total dos Passivos Circulantes, conforme observado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de Caixa (A)	174.413	123.658
Total do Passivo Circulante (B)	446.355	432.233
<b>Indicador de Liquidez Imediata (A/B)</b>	<b>0,39</b>	<b>0,29</b>

O valor correspondente ao Caixa e Equivalente de Caixa (A) confrontado com o Passivo Circulante da Companhia (B), fornece o indicador de Liquidez Imediata, que em 31/12/2020 foi de 0,39 (0,29 em 2019). Esse índice significa que, contando-se apenas com o valor das disponibilidades, sem considerar mais nenhum outro recurso econômico, a Companhia consegue liquidar cerca de 39% de suas obrigações de curto prazo.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política Contábil:

Clientes: O valor contabilizado neste grupo incluem as receitas de serviços decorrentes da distribuição de água e tratamento de esgoto sanitário medidos e faturados, ainda não recebidos, e aquelas que ainda não foram faturadas, mas foram contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referentes a parcelamentos foram ajustados a valor presente. A Companhia adota para o cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC acrescidos de taxa de administração e de risco para as contas de particulares e, para as contas de órgãos públicos, juros de 6% ao ano.

Provisão para Perdas na Realização de Créditos: Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão (incorrida e esperada) é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias.

Para o Poder Público Municipal, considera-se como base de provisão os valores vencidos há mais de 2 anos. Para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas é constituída provisão para a totalidade dos créditos.

A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do Poder Público Estadual por se tratar de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de regularização de débitos.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa que foram contabilizadas são baixadas quando atingido o prazo prescricional (10 anos).

Composição dos valores do Contas a Receber em 31/12/2020

Contas	Dezembro	Residencial	Comercial	Industrial	Público
<b>A vencer</b>					
Faturas de água e esgotos	166.838	132.415	18.545	4.759	11.119
Parcelamentos (a)	42.559	35.597	5.744	361	856
Financiamentos (b)	11.250	1.904	366	63	8.917
Total a vencer	220.648	169.916	24.656	5.184	20.892
<b>Vencidas</b>					
Até 30 dias	56.414	46.754	4.622	633	4.405
De 31 a 60 dias	31.270	25.242	2.564	149	3.315
De 61 a 90 dias	24.258	20.108	2.150	116	1.884
De 91 a 180 dias	63.541	52.844	6.069	371	4.257
Mais de 180 dias	1.023.519	872.143	96.058	7.556	47.762
Total vencidas	1.199.002	1.017.090	111.463	8.225	61.624
<b>Total Contas:</b>	<b>1.419.649</b>	<b>1.187.006</b>	<b>136.119</b>	<b>14.009</b>	<b>82.516</b>

Guias Pagamento	Dezembro	Residencial	Comercial	Industrial	Público
<b>A vencer</b>					
Guias	10.173	7.175	1.872	120	1.007
Total a vencer	10.173	7.175	1.872	120	1.007
<b>Vencidas</b>					
Até 30 dias	1.435	1.092	128	190	25
De 31 a 60 dias	84	45	17	1	21
De 61 a 90 dias	76	40	14	1	21
De 91 a 180 dias	218	130	40	3	45
Mais de 180 dias	3.460	2.243	666	343	208
Total vencidas	5.273	3.550	865	537	320
<b>Total Guias Pagamento:</b>	<b>15.446</b>	<b>10.725</b>	<b>2.737</b>	<b>657</b>	<b>1.327</b>

<b>Total Contas + Guias:</b>	<b>1.435.096</b>	<b>1.197.731</b>	<b>138.856</b>	<b>14.666</b>	<b>83.843</b>
<b>Créditos a realizar</b>	<b>-20.080</b>	<b>-14.300</b>	<b>-4.181</b>	<b>-410</b>	<b>-1.189</b>
<b>Total Contas receber:</b>	<b>1.415.016</b>	<b>1.183.431</b>	<b>134.675</b>	<b>14.256</b>	<b>82.654</b>
<b>Provisão para perdas</b>	<b>-792.858</b>	<b>-723.567</b>	<b>-64.333</b>	<b>-4.389</b>	<b>-569</b>

<b>CR Líquido</b>	<b>622.158</b>	<b>459.864</b>	<b>70.342</b>	<b>9.867</b>	<b>82.085</b>
-------------------	----------------	----------------	---------------	--------------	---------------

Composição dos valores do Contas a Receber em 31/12/2019

Contas	Dezembro	Residencial	Comercial	Industrial	Público
<b>A vencer</b>					
Faturas de água e esgotos	184.762	133.190	28.610	7.606	15.356
Parcelamentos (a)	42.455	36.268	4.745	338	1.104
Financiamentos (b)	11.820	1.933	400	66	9.421
Total a vencer	239.037	171.391	33.755	8.010	25.881
<b>Vencidas</b>					
Até 30 dias	62.618	48.964	5.474	1.077	7.103
De 31 a 60 dias	31.362	25.750	2.870	163	2.579
De 61 a 90 dias	25.667	19.505	2.354	115	3.693
De 91 a 180 dias	59.645	48.011	5.775	321	5.538
Mais de 180 dias	901.730	773.737	84.155	6.758	37.080
Total vencidas	1.081.022	915.967	100.628	8.434	55.993
<b>Total Contas:</b>	<b>1.320.059</b>	<b>1.087.358</b>	<b>134.383</b>	<b>16.444</b>	<b>81.874</b>

Guias Pagamento	Dezembro	Residencial	Comercial	Industrial	Público
<b>A vencer</b>					
Guias	5.033	2.178	2.609	78	168
Total a vencer	5.033	2.178	2.609	78	168
<b>Vencidas</b>					
Até 30 dias	1.264	1.021	229	14	
De 31 a 60 dias	66	19	46	1	
De 61 a 90 dias	43	22	20	1	
De 91 a 180 dias	118	51	60	7	
Mais de 180 dias	3.377	1.946	508	512	411
Total vencidas	4.868	3.059	863	535	411
<b>Total Guias Pagamento:</b>	<b>9.901</b>	<b>5.237</b>	<b>3.472</b>	<b>613</b>	<b>579</b>

<b>Total Contas + Guias:</b>	<b>1.329.960</b>	<b>1.092.595</b>	<b>137.855</b>	<b>17.057</b>	<b>82.453</b>
<b>Créditos a realizar</b>	<b>-17.292</b>	<b>-12.190</b>	<b>-2.379</b>	<b>-379</b>	<b>-2.344</b>
<b>Total Contas receber:</b>	<b>1.312.668</b>	<b>1.080.405</b>	<b>135.476</b>	<b>16.678</b>	<b>80.109</b>
<b>Perdas</b>	<b>-721.604</b>	<b>-661.663</b>	<b>-55.680</b>	<b>-3.864</b>	<b>-397</b>

<b>CR Líquido</b>	<b>591.064</b>	<b>418.742</b>	<b>79.796</b>	<b>12.814</b>	<b>79.712</b>
-------------------	----------------	----------------	---------------	---------------	---------------

- a) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso;  
 b) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.  
 c) Créditos a realizar: refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados, arrecadação a discriminar e clientes a faturar.

Composição das restrições contratuais

Parte dos valores do contas a receber foi dado em garantia de empréstimos, direitos creditórios e debêntures, conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa Econômica Federal II	-	2.372
Banco do Nordeste do Brasil	1.715	1.715
Banco do Brasil I (BB 40)	2.100	2.100
Banco do Brasil II (BB 18)	950	950
Banco do Brasil III (BB 50)	2.300	-
BNDES	-	10.347
Debêntures II	8.100	30.757
Debêntures III	4.560	4.958
FIDC	10.818	9.582
IN-14	27.974	18.968
IN-22	395	-
	<b>58.912</b>	<b>81.749</b>

8. ESTOQUES

Política Contábil:

Os estoques são formados principalmente por materiais de operação e manutenção das redes de água e esgoto, bem como de materiais de tratamento químico utilizados na prestação de serviço de coleta e distribuição de água e tratamento do esgoto sanitário, os quais são registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. O custo dos estoques pode não ser recuperável se estes estiverem danificados, se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores aquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso. A Companhia verifica a cada período de encerramento das Demonstrações Contábeis se existe a necessidade do reconhecimento de perdas pela não realização dos estoques.

Composição dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Material de operação e manutenção	11.043	30.375
Material de tratamento químico	5.605	5.427
Outros materiais	615	349
	<b>17.263</b>	<b>36.151</b>

Os estoques representam uma das contas menos líquidas do Ativo Circulante. Nesse sentido, informa-se que:

	31/12/2020	31/12/2019
Total do Ativo Circulante (A)	897.242	809.188
Menos: Total dos Estoques (B)	17.263	36.151
Ativo Circulante Ajustado C = (A-B)	879.979	773.037
<b>Total do Passivo Circulante (D)</b>	<b>446.355</b>	<b>432.233</b>
<b>Indicador de Liquidez Seca (C/D)</b>	<b>1,97</b>	<b>1,79</b>

O Ativo Circulante Ajustado da Companhia (C) corresponde ao total do Ativo Circulante (A) deduzido dos seus Estoques (B). Em 31/12/2020 esse valor corresponde a R\$ 879.979 (R\$ 773.037 em 2019). Esse montante, confrontado com o Passivo Circulante da Companhia, fornece o indicador de Liquidez Seca, que foi de 1,97 em 2020 (1,79 em 2019), significando que o valor dos recursos econômicos da Companhia no curto prazo, descontando-se os estoques, correspondem a quase o dobro de suas dívidas no mesmo período.

9. ATIVO FISCAL CORRENTE E DIFERIDO

Política Contábil:

Os Ativos Fiscais Correntes correspondem ao valor do tributo recuperável sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período, demonstrados ao custo histórico.

Correspondem aos valores dos tributos a recuperar em exercícios futuros sobre lucros com relação a: a) diferenças temporárias dedutíveis; e b) compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados, observada a base de cálculo de cada tributo. Os referidos ativos são demonstrados ao custo histórico e podem ser visualizados a seguir:

Composição dos valores:

Corrente	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda a recuperar	38.230	-	32.821	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	35.621	-	20.634	-
COFINS a recuperar	6.780	-	5.555	-
PIS a recuperar	1.682	-	1.435	-
INSS a recuperar	812	-	812	-
Outros	1.827	-	1.837	-
	<b>84.952</b>	<b>-</b>	<b>63.094</b>	<b>-</b>
Diferido				
CSLL diferido (a)	-	266	-	2.518
	-	266	-	2.518
	<b>84.952</b>	<b>266</b>	<b>63.094</b>	<b>2.518</b>

(a) A contribuição social diferida é decorrente dos ajustes de provisão atuarial, incidentes sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1).

10. DEPÓSITOS VINCULADOS E CONVÊNIOS

Política Contábil:

Os depósitos vinculados representam depósitos efetuados pela empresa para garantia de contratos, ou, ainda, os de natureza judicial. Os convênios referem-se a direitos/obrigações contraídas, relativas a convênios celebrados com entidades Municipais, Estaduais e Federais. Os Títulos, valores mobiliários e outros investimentos são as cotas subordinadas do patrimônio do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) cuja remuneração é pela taxa de CDI + 2,85% a.a., conforme apresentado na nota 17 (j).

Os referidos ativos, pela sua natureza, são demonstrados ao custo histórico atualizados, subsequentemente, por novas informações que podem vir a impactar seu valor.

Composição dos valores

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo Circulante</b>		
Pessoal a disposição outros órgãos	16.683	15.116
	<b>16.683</b>	<b>15.116</b>
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		
Depósitos bancários - Conta convênio	3	5
Aplicações financeiras - Convênio	8.078	9.784
Aplicações financeiras - Garantia banco	12.794	16.424
Títulos, valores mobiliários e outros investimentos	13.765	13.911
	<b>34.640</b>	<b>40.124</b>
Convênios Federais	2.155	2.155
Convênios Estaduais	5.385	5.405
Convênios Municipais	106.984	107.584
	<b>114.524</b>	<b>115.144</b>
	<b>149.164</b>	<b>155.268</b>

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Federais</b>	<b>2.155</b>	<b>2.155</b>
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.155
<b>Estaduais</b>	<b>5.385</b>	<b>5.405</b>
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	582	602
<b>Municipais</b>	<b>106.984</b>	<b>107.584</b>
Prefeitura do Recife – FMSAN	103.634	103.634
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Prefeitura de Caruaru	-	437
Outros	63	226
	<b>114.524</b>	<b>115.144</b>

11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Política Contábil:

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores, conforme demonstrado abaixo:

Composição dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a fornecedores	3.307	2.751
Outras	528	563
	<b>3.835</b>	<b>3.314</b>

12. ATIVO DE CONTRATO

Política Contábil:

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento são apropriados ao custo destes, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem. Após esse período, os referidos encargos são apropriados como despesa financeira. Até 31/12/2020, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$ 9.471.

Composição dos valores:

	31/12/2020			
	Saldo inicial	Adições	Transfêrência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	76.101	23.295	-	99.396
Obras em andamento material para automação	9.676	149	-	9.825
Obras em andamento material para plano de aplicação	239	13	74	178
Estoque de obras de concessão	42.252	33.588	25.983	49.857
<b>Total</b>	<b>128.268</b>	<b>57.045</b>	<b>26.057</b>	<b>159.256</b>

	31/12/2019				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	54.428	45.626	(22.701)	(1.252)	76.101
Obras em andamento material para automação	9.353	408	(85)	-	9.676
Obras em andamento material para plano de aplicação	192	49	(2)	-	239
Estoque de obras de concessão	11.380	30.872	-	-	42.252
<b>Total</b>	<b>75.353</b>	<b>76.955</b>	<b>(22.788)</b>	<b>(1.252)</b>	<b>128.268</b>

**13. IMOBILIZADO**

**Política Contábil:**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, acrescidos dos custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

Imobilizado em garantia: Não existem bens do imobilizado da Compesa oferecidos em garantia judicial. De acordo com os dispositivos contratuais (Convênios de Cooperação e outros), a Companhia está impedida de oferecer bens vinculados à concessão em garantia; esta se encontra obrigada a cumprir com o regulamento geral de fornecimento de água e coleta de esgoto e deve atender ao programa de investimento com o objetivo de atingir a universalização dos serviços. A composição do imobilizado da Compesa bem como a movimentação destes ativos pode ser visualizada a seguir:

**Composição dos valores – Imobilizado**

	31/12/2020		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	29.141	(17.410)	11.731
Computadores e periféricos	21.516	(19.254)	2.262
Telefonia e comunicação	1.866	(1.393)	473
Ferramentas de manutenção	181	(161)	20
Bens de segurança	147	(120)	27
Eletrodoméstico	1.063	(838)	225
Móveis e utensílios	7.759	(4.776)	2.983
Veículos	5.976	(3.746)	2.230
Edificações	15.136	(5.268)	9.868
Terrenos	2.253	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	41.177	(23.044)	18.133
Bens sem tombamento	146	-	146
Outros	110	-	110
<b>Total</b>	<b>126.471</b>	<b>(76.010)</b>	<b>50.461</b>

	31/12/2019		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	29.141	(15.483)	13.658
Computadores e periféricos	21.516	(18.403)	3.113
Telefonia e comunicação	1.864	(1.303)	561
Ferramentas de manutenção	181	(157)	24
Bens de segurança	147	(113)	34
Eletrodoméstico	1.063	(771)	292
Móveis e utensílios	7.759	(4.399)	3.360
Veículos	5.976	(3.482)	2.494
Edificações	15.136	(5.121)	10.015
Terrenos	2.253	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	36.108	(10.635)	25.473
Bens sem tombamento	146	-	146
Outros	110	-	110
<b>Total</b>	<b>121.400</b>	<b>(59.867)</b>	<b>61.533</b>

**Composição dos valores – Movimentação Imobilizado**

	31/12/2020				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	29.141	-	-	-	29.141
Computadores e periféricos	21.516	-	-	-	21.516
Telefonia e comunicação	1.864	2	-	-	1.866
Ferramentas de manutenção	181	-	-	-	181
Bens de segurança	147	-	-	-	147
Eletrodoméstico	1.063	-	-	-	1.063
Móveis e utensílios	7.759	-	-	-	7.759

Veículos	5.976	-	-	-	5.976
Edificações	15.136	-	-	-	15.136
Terrenos	2.253	-	-	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	36.108	5.372	(303)	-	41.177
Bens sem tombamento	146	-	-	-	146
Outros	110	-	-	-	110
<b>Total do custo</b>	<b>121.400</b>	<b>5.374</b>	<b>(303)</b>	<b>-</b>	<b>126.471</b>

	31/12/2019				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	28.470	434	(26)	263	29.141
Computadores e periféricos	21.271	265	(33)	13	21.516
Telefonia e comunicação	1.864	-	-	-	1.864
Ferramentas de manutenção	181	-	-	-	181
Bens de segurança	147	-	-	-	147
Eletrodoméstico	1.055	8	(1)	1	1.063
Móveis e utensílios	6.590	182	(11)	998	7.759
Veículos	5.976	-	-	-	5.976
Edificações	15.136	-	-	-	15.136
Terrenos	2.253	-	-	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	-	36.108	-	-	36.108
Bens sem tombamento	146	-	-	-	146
Outros	110	-	-	-	110
<b>Total do custo</b>	<b>83.199</b>	<b>36.997</b>	<b>(71)</b>	<b>1.275</b>	<b>121.400</b>

**Composição dos valores – Movimentação da Depreciação Imobilizado**

	31/12/2020					
	Taxas (a.a.%)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(15.483)	(1.927)	-	-	(17.410)
Computadores e periféricos	20	(18.403)	(851)	-	-	(19.254)
Telefonia e comunicação	20	(1.303)	(90)	-	-	(1.393)
Ferramentas de manutenção	20	(157)	(4)	-	-	(161)
Bens de segurança	20	(113)	(7)	-	-	(120)
Eletrodoméstico	10	(771)	(67)	-	-	(838)
Móveis e utensílios	10	(4.399)	(377)	-	-	(4.776)
Veículos	10	(3.482)	(264)	-	-	(3.746)
Edificações	20	(5.121)	(147)	-	-	(5.268)
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento		(10.635)	(12.409)	-	-	(23.044)
<b>Total</b>		<b>(59.867)</b>	<b>(16.143)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(76.010)</b>

	31/12/2019					
	Taxas (a.a.%)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(13.533)	(1.950)	-	-	(15.483)
Computadores e periféricos	20	(16.610)	(1.793)	-	-	(18.403)
Telefonia e comunicação	20	(1.213)	(90)	-	-	(1.303)
Ferramentas de manutenção	20	(130)	(27)	-	-	(157)
Bens de segurança	20	(107)	(6)	-	-	(113)
Eletrodoméstico	10	(704)	(67)	-	-	(771)
Móveis e utensílios	10	(4.072)	(327)	-	-	(4.399)
Veículos	10	(5.807)	(213)	2.538	-	(3.482)
Edificações	20	(4.975)	(146)	-	-	(5.121)
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento		-	(10.635)	-	-	(10.635)
<b>Total</b>		<b>(47.151)</b>	<b>(15.254)</b>	<b>2.538</b>	<b>-</b>	<b>(59.867)</b>

**14. INTANGÍVEL**

Contratos de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado pela Compesa e os municípios do Estado de Pernambuco estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos. De acordo com o ICPC 01, nesta modalidade de concessão, os ativos relativos à operação da concessão, sejam eles preexistentes ou posteriormente construídos, são contabilizados como intangíveis, os quais são mensurados pelo seu valor justo no momento inicial sendo, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor.

Contratos de concessões – PPP: A COMPESA e a Odebrecht Ambiental, sociedade de propósito específico assinaram em 15 de fevereiro de 2013 o contrato da Parceria Público-Privada para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% nos próximos 10 anos. A operação da PPP teve início em julho de 2013.

Em 25 de abril de 2017, foi alterado o controle indireto da Odebrecht Ambiental, onde a Odebrecht S.A. alienou a totalidade de sua participação indireta da Odebrecht Ambiental para a Brookfield Asset Management, Inc. ("Brookfield"), através da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"), nova holding detentora dos ativos nos setores de saneamento e utilidades até então detidos pela Odebrecht Ambiental S.A., passando assim a ser a nova controladora indireta da Odebrecht Ambiental. Em consequência foi alterado a razão social da ODEBRECHT AMBIENTAL – REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. para BRK AMBIENTAL – REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. A alteração do controlador indireto bem como da denominação social, não provocou nenhum impacto na prestação dos serviços objeto do Contrato.

Outros ativos intangíveis: Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou prazo remanescente de contrato de concessão, a partir da data em que os intangíveis estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

**Composição dos valores – Intangível**

	31/12/2020		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	6.973.976	(844.144)	6.129.832
Contratos de concessões - PPP	1.299.503	(13.677)	1.285.826
Direitos de uso de softwares	40.613	(5.385)	35.228
	<b>8.314.092</b>	<b>(863.206)</b>	<b>7.450.886</b>

	31/12/2019		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	6.596.374	(793.422)	5.802.952
Contratos de concessões - PPP	1.051.682	-	1.051.682
Direitos de uso de softwares	40.202	(4.744)	35.458
	<b>7.688.258</b>	<b>(798.166)</b>	<b>6.890.092</b>

**Composição dos valores – Movimentação Intangível**

	31/12/2020				
	Taxas (a.a.%)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Contratos de concessões		6.596.374	2.697.334	(2.319.732)	6.973.976
Amortização	2%	(793.422)	(50.722)	-	(844.144)
		5.802.952	2.646.612	(2.319.732)	6.129.832
Contratos de concessões - PPP		1.051.682	339.040	(91.219)	1.299.503
Amortização		-	(13.677)	-	(13.677)
		1.051.682	325.363	(91.219)	1.285.826
Softwares - direitos de uso		40.202	8.553	(8.142)	40.613
Amortização	10%	(4.744)	(641)	-	(5.385)
		35.458	7.912	(8.142)	35.228
		<b>6.890.092</b>	<b>2.979.887</b>	<b>(2.419.093)</b>	<b>7.450.886</b>

	31/12/2019				
	Taxas (a.a.%)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Contratos de concessões		6.160.312	545.427	(102.463)	6.603.276
Amortização	2%	(742.765)	(57.559)	-	(800.324)
		5.417.547	487.868	(102.463)	5.802.952
Contratos de concessões - PPP		796.274	430.235	(174.827)	1.051.682
Amortização		-	-	-	-
		796.274	430.235	(174.827)	1.051.682
Softwares - direitos de uso		38.195	2.049	(42)	40.202
Amortização	10%	(4.101)	(643)	-	(4.744)
		34.094	1.406	(42)	35.458
		<b>6.247.915</b>	<b>919.509</b>	<b>(277.332)</b>	<b>6.890.092</b>

**15. ANÁLISE DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS**

**Política Contábil:**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Impacto COVID-19: Em decorrência dos impactos do Coronavírus (COVID-19), a Companhia reavaliou o estudo técnico realizado no encerramento do Exercício Social de 2019 e não identificou valor a ser reconhecido como perda em 31/12/2020.

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Política Contábil:

**Passivos de Arrendamento:** Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e
- Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

**Ativos de Arrendamento:** Ativos de direito de uso decorrentes do contrato de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados pelo valor presente do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

Após a mensuração inicial, os passivos de arrendamento aumentam como resultado de juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos para pagamentos de arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados numa base linear durante o prazo remanescente do arrendamento mercantil ou durante a vida econômica remanescente do ativo se isso for considerado menor do que o prazo do arrendamento mercantil.

Quando a Companhia revisar sua estimativa do prazo de qualquer locação é efetuado ajuste no valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que são descontados a taxa de desconto em vigor na data da alteração (taxa incremental nominal). O valor contábil dos passivos de arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável de pagamentos futuros de arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado. Em ambos os casos, é feito um ajuste equivalente ao valor contábil do ativo de direito-de-uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado durante o prazo remanescente (revisado) do arrendamento.

Quando a Companhia renegociar os termos contratuais de um arrendamento com o seu locador, a contabilização depende da natureza da modificação:

- Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo alugados por um valor compatível com o preço, independente dos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima.
- Em todos os outros casos em que o termo renegociado aumenta o escopo do arrendamento (se isso é uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é remensurado usando a taxa de desconto aplicável na data da modificação, com o ativo do direito de uso sendo ajustado pelo mesmo valor.
- Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, tanto o valor contábil do passivo de arrendamento quanto do direito de uso é reduzido na mesma proporção para refletir a rescisão parcial do contrato de arrendamento com qualquer diferença reconhecida no resultado do exercício. O passivo de arrendamento é então ajustado para assegurar que seu valor contábil reflita o valor dos pagamentos renegociados durante o prazo renegociado, com os pagamentos de arrendamento modificados descontados à taxa aplicável na data da modificação. O ativo do direito de uso é ajustado pelo mesmo valor.

A seguir apresenta-se a composição dos passivos e ativos de contratos, decompondo-se as informações pelos elementos patrimoniais constitutivos:

Resumo de Arrendamento Mercantil	Ativo	Depreciação	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>37.532</b>		<b>37.532</b>
(-) Depreciação		-13.423	-13.423
Saldo Final	37.532	-13.423	24.108
Atualização	1.365		1.365
<b>Saldo final dezembro 2019</b>	<b>38.897</b>	<b>-13.423</b>	<b>25.473</b>
Adições	2.431		2.431
(-) Depreciação		-10.926	-10.926
Saldo final em dezembro 2020	41.328	-24.349	16.979
Atualização	1.154		1.154
<b>Saldo final dezembro 2020</b>	<b>42.482</b>	<b>-24.349</b>	<b>18.133</b>

Resumo de Arrendamento Mercantil	Passivo	Juros	Passivo - Líquido
<b>Saldo inicial</b>	<b>41.584</b>	<b>4.052</b>	<b>37.532</b>
(-) Pagamento Passivo	-14.681	-1.179	-13.502
Saldo Final	26.903	2.874	24.030
Atualização		-1.365	-1.365
<b>Saldo final dezembro 2019</b>	<b>26.903</b>	<b>1.509</b>	<b>25.394</b>
Adição	2.799		2.799
(-) Pagamento Passivo	-11.199	-410	-10.789
Saldo Final	18.503	1.099	17.404
Atualização	0	-729	-729
<b>Saldo final dezembro 2020</b>	<b>18.503</b>	<b>370</b>	<b>18.133</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.591</b>	<b>188</b>	<b>11.403</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>6.912</b>	<b>182</b>	<b>6.730</b>

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E FORNECEDORES

Política Contábil:

Os empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

a. Composição dos empréstimos e financiamentos da Compesa:

	31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total
Banco do Nordeste do Brasil – BNB (a)	4.828	1.207	6.840
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (c)	-	6.493	6.493
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (d)	-	55.749	55.749
Caixa Econômica Federal (IN 14) Outros (e)	-	17.684	17.684
Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (f)	304	15.168	15.472
Banco do Brasil (BB 40) (g)	10.209	11.911	22.120
Banco do Brasil II (BB 18) (h)	4.500	11.625	16.125
Banco do Brasil III (BB 50) (i)	9.515	41.226	50.741
Banco do Brasil – FIDC (j)	30.000	10.000	40.000
<b>Total</b>	<b>59.356</b>	<b>171.063</b>	<b>230.419</b>

	31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total
Banco do Nordeste do Brasil – BNB (a)	4.604	3.453	8.057
Caixa Econômica Federal II (b)	779	-	779
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (c)	-	6.967	6.967
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (d)	-	47.227	47.227
Caixa Econômica Federal (IN 14) Outros (e)	-	679	679
Banco do Brasil (BB 40) (g)	10.000	18.333	28.333
Banco do Brasil II (BB 18) (h)	2.250	15.750	18.000
Banco do Brasil – FIDC (j)	27.500	40.000	67.500
<b>Total</b>	<b>45.133</b>	<b>132.409</b>	<b>177.542</b>

(a) Refere-se a contrato de financiamento para aplicação em saneamento básico, referente ao Projeto de Loteamento Turístico das Praias do Paiva e Itapuama no município do Cabo de Santo Agostinho. Possui carência de três anos com pagamento de juros trimestral, amortização a partir de 21 de outubro de 2012 e vencimento em 21 de setembro de 2021 e taxa efetiva de juros de 10,00% a.a. Foi oferecida como garantia cessão de vinculação de recebíveis no montante correspondente a duas parcelas (principal + juros) e como fundo de liquidez o valor de três parcelas. Adicionalmente, a Companhia deverá manter seguro de cobertura para conclusão de obras. O total do investimento no projeto será de R\$ 53.923, sendo R\$ 10.785 com utilização de recursos próprios e R\$ 43.138 oriundos do programa FNE-PROINFRA via BNB;

(b) Em 28 de janeiro de 2016, foi assinado contrato para atender o capital de giro da empresa, tendo o novo contrato vencimento em 28 de janeiro de 2020, incidência de juros remunerados à taxa de 100% CDI CETIP + 0,40% a.m. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização teve início em 28 de janeiro de 2017. O valor contratado foi de R\$ 28.000. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios de recebíveis de clientes;

(c) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 14.040, destinada à implantação de adutora a partir da Estação de Tratamento de Água de Garanhuns para os municípios de Caetés e Capoeiras, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 15.600, sendo R\$ 1.560 de contrapartida da COMPESA. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 240 meses, contado a partir de 29/12/2021 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;

(d) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 73.800, destinada à implantação da Adutora do Alto Capibaribe, que beneficiará os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Jataúba, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 82.000, sendo R\$ 8.200 de contrapartida da COMPESA. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 240 meses, contado a partir de 29/12/2021 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;

(e) Referem-se à Cédulas de Créditos Bancários, emitidas em 29/12/2017, nos valores de R\$ 50.580 (0502.791-07), R\$ 60.000 (0502.797-63), R\$ 35.000 (0502.798-77), R\$ 21.200 (0502.803-42), R\$ 14.700 (0502.813-68) e R\$ 22.400 (0502.840-91) destinadas a melhorias do sistema de água nos municípios de Jaboatão dos Guararapes/PE, Ipojuca/PE, Camaragibe/PE, morros da zona norte do Recife/PE, Garanhuns/PE e Gravatá/PE, todas dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 209.500, sendo R\$ 20.950 de contrapartida da COMPESA. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 240 meses, contado a partir de 29/12/2021 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;

(f) Contrato de financiamento nr. 0521.443-89, no valor de R\$ 29.697 destinado à implantação do Sistema Adutor do Eixo Leste para Custódia para atender a população estimada de trinta mil habitantes, na modalidade operacional Abastecimento de Água, totalizando um investimento de R\$ 31.260 com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.563 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 16 (dezesseis) meses; término da carência: 11/12/2020; Desembolso: prazo de 12 (doze) meses; amortização: o prazo é de 240 (duzentos e quarenta) meses, contado a partir do término do período de carência; juros: 6% a.a. (seis por cento ao ano);

(g) Refere-se a empréstimo para garantir a provisão de fundos de conta corrente, no valor de R\$ 40.000, mediante Cédula de Crédito Bancário assinada em 03 de outubro de 2017. Os encargos financeiros estabelecidos são remunerados à taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) acrescidos de sobretaxa efetiva de 2,85% a.a. com prazo de amortização de 48 meses e carência

de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização teve início em 13 de novembro de 2018 e o vencimento será em 13 de outubro de 2022. Foram oferecidas como garantia duplicatas de prestação de serviço em montante equivalente, no mínimo, de R\$ 2.100;

(h) Em 21 de junho de 2019, foi emitida Cédula de Crédito Bancário n. 323.400.034 pela Compesa em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 18.000 (dezoito milhões de reais), com vencimento inicial em 22 de julho de 2020 e final em 22 de junho de 2024, totalizando 48 (quarenta e oito) parcelas, comissão flat de 1,5% sobre o crédito concedido e encargos financeiros medidos pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,5% a.a. Destinação do crédito: o valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo impedido de aplicação em investimentos fixos;

(i) Cédula de Crédito Bancário nr. 323.400.037, no valor de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), vencimento em 23/02/2025 e comissão flat de 1% sobre o crédito concedido. Encargos Financeiros: taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,85% a.a. Dia base para débito dos encargos: dia 23 de cada mês, no total de 48 (quarenta e oito) parcelas. Vencimento primeira parcela: 23/03/2021. O valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo vedado a aplicação em investimentos fixos;

(j) A Companhia captou recursos por meio de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através do Banco do Brasil - Investimentos (Coordenador). O FIDC Compesa possui como característica básica a cessão dos direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus de titularidade da COMPESA, oriundos da prestação de serviços de saneamento básico a seus usuários. O fundo tem prazo de duração determinado, encerrando-se em maio de 2022. A primeira emissão foi em maio de 2015 com prazo de amortização de 96 meses, incluídos 6 meses de carência, a amortização iniciou em novembro de 2015. Remunerado à taxa de CDI + 2,85% a.a.

A estrutura do patrimônio líquido do Fundo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 53.072 (R\$ 80.691 em 31/12/2019), composto por cotas seniores detidas por terceiros, investidor institucional, que totalizam R\$ 40.021 (R\$ 67.557 em 31/12/2019) e por cotas subordinadas adquiridas pela Companhia que perfazem R\$ 13.097 (R\$ 13.166 em 31/12/2019), que representa 24,68% (16,32% em 31/12/2019) do patrimônio do Fundo. A diferença entre as cotas seniores e o patrimônio do Fundo foi lançada no balanço como aplicação própria em títulos e valores mobiliários, pois será usado recurso financeiro captado para a compra das cotas subordinadas.

O Balanço Patrimonial, referente a 31/12/20 e 31/12/2019, do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), segue representado:

ATIVO		
Circulante e Realizável a Longo Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	10	20
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.097	13.166
Operações de Crédito	40.021	67.557
Outros Valores e Bens	-	45
Compensação	2	2
<b>Total Geral do Ativo</b>	<b>53.141</b>	<b>80.790</b>

PASSIVO		
Circulante e Exigível a Longo Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Pgto a Efetuar	32	62
Valores a Pagar a Sociedade Administradora	37	37
Patrimônio Líquido	53.072	80.691
Capital Social	48.550	76.052
Lucros ( Prejuízos ) Acumulados	4.522	4.639
<b>Total Geral do Passivo</b>	<b>53.141</b>	<b>80.790</b>

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	47.953
2022	41.355	24.488
2023 em diante	129.708	95.968
	<b>171.063</b>	<b>132.409</b>

Os encargos financeiros dos financiamentos aplicados na construção de ativos (intangível, anteriormente classificado como imobilizado) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

b. Composição dos valores das Debêntures

A seguir apresenta-se a composição das Debêntures da Compesa:

Taxas	Contrato	Qtd	31/12/2020		
			Circulante	Não Circulante	Total
<b>Debêntures II</b>					
TJLP +2,51 a.a.	11.200.491/011	3.000	4.399	-	4.399
TJLP +2,51 a.a.	11.200.491/038	1.100	5.855	-	5.855
9,78% a.a. + IPCA	11.600.051/027	3.000	11.810	-	11.810
		<b>7.100</b>	<b>22.064</b>	-	<b>22.064</b>
<b>Debêntures III</b>					
CETIP	CT.PS.16.3.001	10.000	19.671	18.035	37.706
		<b>10.000</b>	<b>19.671</b>	<b>18.035</b>	<b>37.706</b>
		<b>18.100</b>	<b>41.735</b>	<b>18.035</b>	<b>59.770</b>

Taxas	Contrato	Qtd	31/12/2019		
			Circulante	Não Circulante	Total
<b>Debêntures I</b>					
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/017	118	224	-	224
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/025	73	139	-	139
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/033	140	266	-	266
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/041	149	283	-	283
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/050	304	577	-	577

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**

		91	173	-	173
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/068				
TJLP +2,44 a.a.	07.211.101/076	125	241	-	241
		<b>1.000</b>	<b>1.903</b>	-	<b>1.903</b>
<b>Debêntures II</b>					
TJLP +2,51 a.a.	11.200.491/011	3.000	6.339	2.113	8.452
TJLP +2,51 a.a.	11.200.491/038	1.100	8.451	2.817	11.268
9,78% a.a. + IPCA	11.600.051/027	3.000	10.666	11.719	22.385
		<b>7.100</b>	<b>25.456</b>	<b>16.649</b>	<b>42.105</b>
<b>Debêntures III</b>					
CETIP	CT.PS.16.3.001	10.000	19.672	27.871	47.543
		<b>10.000</b>	<b>19.672</b>	<b>27.871</b>	<b>47.543</b>
		<b>18.100</b>	<b>47.031</b>	<b>44.520</b>	<b>91.551</b>

O montante das debêntures registradas no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	36.321
2022	<b>18.035</b>	<b>8.199</b>
	<b>18.035</b>	<b>44.520</b>

**Debêntures I:** Operação encerrada em 2019.

**Debêntures II:** Em 17 de maio de 2011, a Companhia celebrou novo contrato de promessa de subscrição (7.100 debêntures simples e nominativas), sendo a primeira série de colocação do BNDES, a segunda de colocação do BNDESPAR e a terceira do BNDES, no valor total de R\$ 144.000 para serem investidos em seu desenvolvimento institucional e operacional, bem como na implantação, ampliação e modernização dos seus sistemas de abastecimento de água e esgoto nas áreas de concessão. Sobre o principal incidem juros de 2,51% acrescidos da TJLP.

Como garantias, foram oferecidos direitos creditórios ou direitos emergentes de contratos de programas e de concessão celebrados com os municípios de Recife e Olinda, direitos creditórios detidos na conta Reserva, conta vinculada e na conta pagamento IPCA ao BNDES. As debêntures têm prazo de carência de 36 meses a contar da data de emissão, e suas formas de amortização variam em decorrência das séries de emissão. Foram subscritas as 7.100 debêntures desta emissão com vencimento da última parcela em abril de 2021.

**Debêntures III:** Em 4 de janeiro de 2016, a Companhia firmou contrato com o banco Santander de emissão pública. Em 31 de maio de 2016 foram emitidas 10.000 debêntures simples não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100.000. Sobre o principal renderão juros correspondentes a acumulação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros). O contrato estabelece um prazo de 72 meses, sendo 12 meses de carência a contar da data de emissão. Logo, a amortização do saldo devedor iniciou em maio de 2017 e o vencimento da última parcela será em maio de 2022.

**Cláusulas Restritivas:** Os debenturistas podem declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na ocorrência dos seguintes principais eventos:

- Vencimento antecipado ou condenação judicial de quantia à vista superior a R\$ 20 milhões ou em 12 meses superior a R\$ 40 milhões;
- Descumprimento dos índices financeiros estabelecidos em contrato;
- Redução do quadro de pessoal sem anuência do debenturista;
- Perda de concessão que comprometa a capacidade de pagamento; e
- Inclusão em acordo societário ou estatuto de dispositivos que cerceiem o controle da Companhia pelo seu Controlador (Estado de Pernambuco).

Pelo contrato de subscrição, os debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na hipótese de perda de concessão que possa comprometer a capacidade de pagamento da Companhia.

Em decorrência da operação de debêntures contratada no BNDES, a Companhia encontra-se impedida de efetuar, sem a anuência da instituição financeira, a alienação de bens vinculados à concessão (classificados no intangível) em valor acima de R\$ 50.000, bem como deverá manter índices econômico-financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O não cumprimento desses índices implica a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atendeu aos índices contratuais e a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida. Os covenants e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

<b>MEMÓRIA DE CÁLCULO - ÍNDICES SANTANDER</b>			
<b>EBITDA sobre serviço da dívida (&gt;=1,5)</b>			<b>31/12/2020</b>
Amortização	+	70.506	
Juros Pagos	+	19.251	
Serviço da Dívida	(A) =	89.757	
EBITDA do exercício	(B)	318.812	
<b>Índice</b>	<b>(B/A)</b>	<b>3,55</b>	
<b>Dívida líquida sobre o EBITDA (&lt;=3,00)</b>			<b>31/12/2020</b>
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	+	59.356	
Debêntures - Circulante	+	41.735	
Tributos a Recolher - Circulante	+	42.229	
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	+	171.063	
Debêntures - Não Circulante	+	18.035	
Tributos a Recolher - Não Circulante	+	36.579	
( - ) Impostos sobre Convergência	+	(36.089)	
<b>Passivo</b>	<b>(C) =</b>	<b>332.908</b>	
Disponibilidades	+	174.413	
Aplicações financeiras de longo prazo	+	12.794	
Aplicações financeiras de longo prazo - convênios	+	8.078	
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	(D) =	195.286	
Dívida líquida	(E) = (C-D) =	137.622	
EBITDA (Acumulado últimos 12 meses)	(F) =	318.812	
<b>Dívida líquida / EBITDA →</b>	<b>(E/F)</b>	<b>0,43</b>	

<b>MEMÓRIA DE CÁLCULO - ÍNDICES BNDES</b>	
<b>EBITDA sobre serviço da dívida (&gt;=1,5)</b>	<b>31/12/2020</b>
Amortização	70.506
Juros Pagos	19.251
Serviço da Dívida	89.757
EBITDA do exercício	318.812
Índice	3,55
<b>Dívida líquida sobre o EBITDA (&lt;=2,5)</b>	<b>31/12/2020</b>
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	59.356
Debêntures - Circulante	41.735
Tributos a Recolher - Circulante	42.229
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	171.063
Debêntures - Não Circulante	18.035
Tributos a Recolher - Não Circulante	36.579
( - ) Impostos sobre Convergência	(36.089)
<b>Passivo</b>	<b>332.908</b>
Disponibilidades	174.413
Aplicações financeiras de longo prazo	12.794
Aplicações financeiras de longo prazo - convênios	8.078
Disponibilidades e Aplicações Financeiras ( - )	195.286
Dívida líquida	137.622
EBITDA (Acumulado últimos 12 meses)	318.812
<b>Dívida líquida / EBITDA →</b>	<b>0,43</b>
<b>Covenants dos Contratos SANTANDER</b>	<b>Covenants dos Contratos BNDES</b>
Dívida líquida/EBITDA até 3,0	Dívida líquida/EBITDA até 2,5
EBITDA/ROL igual ou superior a 18%	EBITDA/ROL igual ou superior a 18%
EBITDA/serviço da dívida igual ou superior a 1,5	EBITDA/serviço da dívida igual ou superior a 1,5

Covenants da Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.030 (BB 40) emitida pela COMPESA em favor do Banco do Brasil S/A: O Banco do Brasil poderá decretar o vencimento antecipado da dívida, considerando automática e imediatamente exigíveis todas as obrigações financeiras decorrentes desta cédula se, na sua vigência, restar configurada qualquer das situações:

- 1) A EMITENTE não mantiver fluxo de recebimento mensal equivalente a, no mínimo, R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), que deverá transitar em conta não movimentável pela EMITENTE, referente aos recebíveis arrecadados no BANCO DO BRASIL S/A (cobrança e guias não compensáveis), tenham sido estes dados em garantia em quaisquer operações e/ou livre de ônus;
- 2) A EMITENTE não mantiver, a partir da contratação da operação e durante todo o período de vigência, a relação de Dívida Financeira Líquida/EBITDA de, no máximo 2,5x, calculada pelo menos anualmente, com base nos seus demonstrativos encerrados ao final de cada período.

**c. Composição dos valores dos Fornecedores**

Os fornecedores compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, alugueis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo. A composição de valores dos fornecedores está apresentado a seguir:

		31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais	(a)	19.143	63.189
Prestadores de serviços	(b)	59.384	17.439
Empreiteiros de obras	(c)	8.690	12.287
Fornecedor de energia elétrica		31.467	39.327
Outros	(d)	14.447	23.443
		<b>133.131</b>	<b>155.685</b>

- a) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e a implantação da Adutora do Agreste;
- b) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a BRK Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidrometração, corte e religação;
- c) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia;
- d) Corresponde, principalmente, a fornecedores de produtos químicos, alimentação, locação de veículos e fornecedores mistos.

**18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**
**Política contábil:**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa. Diante do exposto, segue a composição dos valores relativos aos tributos correntes e diferidos:

**Composição dos valores:**

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Tributos próprios</b>				
<b>Corrente:</b>				
COFINS e PIS	6.330	-	7.738	-
CSLL	19.705	-	4.957	-
Outros tributos a recolher	8	-	2	-
Parcelamento - Outros	-	490	59	554
	26.043	490	12.756	554
<b>Tributos retidos de terceiros</b>				
<b>Corrente:</b>				
IRRF	3.102	-	3.244	-
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	1.366	-	2.142	-
ISS	1.614	-	2.114	-
INSS	2.417	-	3.114	-
Outros tributos a recolher	38	-	37	-
	<b>8.537</b>	-	<b>10.651</b>	-
<b>Passivo fiscal - corrente</b>	<b>34.580</b>	<b>490</b>	<b>23.407</b>	<b>554</b>
<b>Tributos próprios</b>				
<b>Diferido:</b>				
PIS	1.326	-	1.326	-
COFINS	6.323	-	6.323	-
CSLL	-	36.090	-	34.579
<b>Passivo fiscal - diferido</b>	<b>7.649</b>	<b>36.090</b>	<b>7.649</b>	<b>34.579</b>
<b>Total Passivo Fiscal Corrente e Diferido</b>	<b>42.229</b>	<b>36.580</b>	<b>31.056</b>	<b>35.133</b>

**19. SALÁRIOS/ENCARGOS A PAGAR E OUTRAS CONTAS A PAGAR POLÍTICA CONTÁBIL:**

Os salários e encargos englobam as seguintes informações:

- Salário, Remunerações e Benefícios: Registra os valores relativos a vencimentos e vantagens fixas e variáveis devidas a empregados.
- Férias: Registra as obrigações referentes a férias, apropriadas conforme percentuais da folha de pagamento.
- 13º salário a Pagar: Registra as obrigações referentes ao décimo terceiro salário, provisionadas na base de 1/12 do valor bruto da folha de pagamento.
- Encargos Sociais a Pagar: Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus empregados, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

As demais contas a pagar relacionam-se com outros passivos não contemplados em notas explicativas anteriores.

**a. Composição dos valores dos salários e encargos a pagar:**

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão 13o. salário	-	-
Participação no resultado (*)	3.786	7.728
Provisão para férias	21.559	22.343
INSS a recolher	5.859	5.624
Salários a pagar	7	4
FGTS a recolher	1.925	1.831
Valores a pagar COMPESAPREV	1.839	1.753
Valores a pagar COMPESASAÚDE	4.378	4.156
SESI/SENAI a recolher	427	410
Vale Alimentação	9.592	5.684
Rescisões	970	893
Outros	208	503
	<b>50.550</b>	<b>50.929</b>

(\*) Programa de Participação no Resultado (PR)

O PR da Compesa pauta-se no estabelecido Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, que regula a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultado da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho, como incentivo à produtividade. As Políticas previstas no PR Compesa – Programa de Participação de Resultados Compesa, estão descritas abaixo:

- a) O programa terá periodicidade de pagamento anual;
- b) Ao final de cada período deverá ser mensurado o desempenho do gatilho para avaliar se haverá ou não distribuição do montante em forma de participação nos resultados;
- c) O gatilho, ISC, deve ter uma meta que garanta a geração do fundo financeiro para financiar o programa. Este deverá atingir ao menos 101% no período para justificar a participação nos resultados, respeitando a proporcionalidade do resultado atingido.
- d) Attingido o gatilho, deverá ser apurado o resultado corporativo para a composição da remuneração variável.

Gatilho – Indicador de Suficiência de Caixa (Resultado em percentual):

$$\frac{\text{Arrecadação}}{\text{DEX} + \text{Serviço da Dívida} + \text{Despesas Fiscais e Tributárias}}$$

Legenda:

- Arrecadação: Valor anual efetivamente arrecadado das Receitas Operacionais (disponíveis em Caixa ou Bancos – Conta Corrente / movimento)
- DEX: Despesas de exploração – Valor anual das despesas realizadas para a exploração dos serviços, compreendendo despesas com pessoal, produtos químicos, energia elétrica, serviços de terceiros, água importada, despesas fiscais e tributárias e incidentes na DEX, além de outras despesas de exploração
- Serviço da dívida: amortização, juros e variação cambial
- Despesas fiscais e tributárias não computadas na DEX: Valor anual das despesas realizadas não computadas nas despesas de exploração, mas que compõem as despesas totais com os serviços, tais como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

Ficou definido em Acordo Coletivo de Trabalho, que do montante gerado, 1/2 será destinado à distribuição igualitária para os empregados elegíveis ao Programa e os 1/2 restantes, à distribuição proporcional à remuneração individual base para o Programa de cada empregado.

O resultado do indicador corporativo deve alcançar no mínimo 90% da meta estabelecida no início do programa para ocorrer à distribuição, conforme proporcionalidade apresentada pela Matriz de Pontuação representada abaixo:

Matriz de Pontuação – Intervalo de Pontuação			
Atingimento de	99,01%	ou mais	100%
Entre	98,00%	e	99,00%
Entre	96,00%	e	97,99%
Entre	94,00%	e	95,99%
Entre	92,00%	e	93,99%
Entre	90,00%	e	91,99%
Abaixo de	90,00%		ZERO

A apuração do gatilho, em caso de distribuição, é dada conforme quadro a seguir:

Valor apurado no ISC	Quantidade de folha de pagamento a ser distribuída (QFD)
110% ou mais	2,00
109%	1,824
108%	1,647
107%	1,470
106%	1,294
105%	1,117
104%	0,940
103%	0,763
102%	0,587
101%	0,410

A Companhia não provisionou valor, a título de Participação nos Resultados do exercício de 2020, pois não atingiu as metas estabelecidas. O valor de R\$ 3.786 registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante, refere-se a saldo do Programa de Participação dos Resultados 2019 (PR 2019) a ser pago em 2021 aos trabalhadores. Em razão da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), o pagamento do PR 2019 se pauta no estabelecido pelo aditivo ao ACT, à saber: salário nominal de até R\$ 3.164,00, pagamento em dezembro/2020 e salário nominal igual ou superior a R\$ 3.164,01, recebimento em janeiro/2021.

**b. Composição dos valores das outras contas a pagar:**

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Confissão de dívida com COMPESAPREV (a)	12.146	7.843	11.546	17.346
Prefeitura de Petrolina (b)	1.057	512	1.057	512
Convênios CODEVASF (c)	-	93.110	-	92.372
Parceria Público-Privada – PPP (d)	-	1.299.503	-	1.051.682
Recuperação CBOS – PPP (d)	-	(251.815)	-	(197.257)
Crédito Governo do Estado (Nota 22)	85.759	39.376	-	8.531
Outros	1.348	-	828	32
	<b>100.310</b>	<b>1.188.529</b>	<b>13.431</b>	<b>973.218</b>

(a) Confissão de dívida COMPESAPREV: Em 7 de julho de 2005, a COMPESA e a COMPESAPREV - Fundação COMPESA de Previdência e Assistência, tendo como interveniente o Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE, celebraram instrumento particular de retificação da confissão da dívida na qual a Companhia se comprometeu a pagar as dívidas da seguinte forma: Vencimento a partir do prazo de julho de 2006 em 195 prestações mensais e consecutivas, atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos juros remuneratórios calculados pela Tabela Price de amortização a 7% ao ano sobre o saldo devedor. O saldo em 31 de dezembro 2020 totalizou R\$ 19.989 (R\$ 28.892 em 31/12/2019), restando 21 parcelas/120. A dívida será quitada em setembro de 2022.

	Saldo Inicial	Encargos	Amortização	Saldo Final
	31/12/2019			31/12/2020
Confissão de dívida com COMPESAPREV	28.892	1.216	10.119	19.989

(b) Prefeitura de Petrolina: Em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 por conta da prestação de serviço de fornecimento de água e esgoto pela COMPESA à prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 24 parcelas mensais fixas e irrevogáveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício. (c) CODEVASF: Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução em julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 65.000. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de obras em andamento. (d) Parceria Público-Privada (PPP): O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada

da - PPP em benefício da COMPESA. (Nota Explicativa 14). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema - CBOS, durante o período da concessão previsto para 35 anos.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parceria Público-Privada – PPP -	-	1.299.503	-	1.051.682
Recuperação CBOS – PPP -	-	(251.815)	-	(197.257)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.047.688</b>	<b>-</b>	<b>854.425</b>

**20. PROVISÕES PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

**Política contábil:**

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

**Composição dos valores:**

	Trabalhista	Cível	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>30.136</b>	<b>41.438</b>	<b>71.574</b>
Constituição de Provisões	29.920	5.046	34.966
Reversão de provisões	(7.790)	(19.360)	(27.150)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>52.266</b>	<b>27.124</b>	<b>79.390</b>
Constituição de provisões	22.900	17.531	40.431
Reversão de provisões	(16.217)	(15.021)	(31.238)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>58.949</b>	<b>29.634</b>	<b>88.583</b>

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de 64.987 (R\$ 70.386 em 2019).

Outrossim, foram considerados como perda provável os processos cujo desfecho é desfavorável à COMPESA, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data do balanço e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é inferior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual, perfazendo o montante de R\$ 88.583 (R\$ 79.390 em 2019). Deste valor, cerca de 67% (R\$ 58.949 em 2020; R\$ 52.266 em 2019) são referentes a processos trabalhistas e 33% (R\$ 29.634 em 2020; R\$ 27.124 em 2019) de natureza cível.

Ademais, o montante dos processos classificados como possíveis é de R\$ 75.230 (R\$ 57.203 em 2019).

**21. PLANO DE APOSENTADORIA, PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E PLANO DE INCENTIVO À APOSENTADORIA**

**Plano de Aposentadoria – COMPESAPREV**

**Política contábil:**

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia é patrocinadora da Fundação COMPESA de Previdência e Assistência - COMPESAPREV, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.950, de 26 de fevereiro de 1987, do Ministério da Previdência Social (MPS), obedecendo às Normas e Resoluções expedidas pela PREVIC.

O Plano de Previdência Complementar, em questão, é de benefício definido, sendo integrado por Benefícios Programados e por Benefícios de Riscos.

Constam como participantes deste Plano o empregado que estiver em pleno exercício de suas atividades laborativas junto à Patrocinadora (COMPESA), bem como o empregado que se desligar do quadro de pessoal da Empresa e continuar na condição de participante do Plano. Ocorrendo a perda do vínculo empregatício com o Patrocinador, é assegurado ao Participante que não estiver em gozo no benefício pelo Plano, o direito de optar por uma das seguintes situações:

- Tornar-se um participante auto patrocinador;
- Tornar-se um participante em BPD (Benefício Proporcional Definido);
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar Resgate de Contribuição;
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar a Portabilidade;

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a COMPESAPREV tem como principal finalidade complementar, parcial ou totalmente, os benefícios a que tem direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPS) os empregados da COMPESA. Os benefícios concedidos pelo Plano são basicamente os seguintes:

**Suplementação de aposentadoria por invalidez**

Será concedida ao participante durante o período que lhe seja mantida a aposentadoria por invalidez pela Previdência Social, desde que o participante tenha contribuído ininterruptamente, nos últimos 12 meses anteriores ao início deste benefício, desde que a adesão ao plano tenha ocorrido até 90 dias da admissão, caso contrário terá a carência ampliada para 60 meses.

**Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição**

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter

contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante com idade inferior a 55 anos será concedida desde que este integralize o Fundo de Cobertura correspondente aos encargos adicionais decorrentes da antecipação ou este seja reduzido da suplementação pela aplicação de fator redutor determinado pelo princípio de equivalência atuarial. A suplementação por aposentadoria para os participantes que atendem aos requisitos mínimos da Previdência Social (35 anos participantes do sexo masculino, e 30 anos participantes do sexo feminino) é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício.

É assegurada para os participantes com tempo de serviço inferior a 35 e 30 anos (sexos masculino e feminino, respectivamente) a suplementação mínima de 14% a 18,80% do salário real de benefício, os participantes que apresentarem tempo de serviço entre 30 e 34 anos para o participante do sexo masculino e 25 e 29 anos do sexo feminino.

**Suplementação de aposentadoria por idade**

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício.

**Suplementação de aposentadoria especial**

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria especial pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício. A suplementação não poderá ser inferior a tantos 1/20 de 20% do salário real de benefício quantos forem os anos completos e ininterruptos de contribuição ao plano, contados desde a data da última inscrição como participante deste Plano até o máximo de 20/20;

**Suplementação de pensão**

Será concedida aos dependentes beneficiários uma suplementação de pensão igual à cota familiar de 50% mais 10% como cota individual, por dependente beneficiário, até o máximo de 5, da suplementação de aposentadoria que tiver recebendo ou do que teria direito se na ocasião do falecimento viesse a se aposentar por invalidez pela Previdência Social.

**Suplementação de abono anual**

Será paga ao participante ou aos dependentes beneficiários na mesma época em que for pago o abono anual pela Previdência Social. A suplementação corresponde a 1/12 da suplementação devida em dezembro, por mês de suplementação recebida durante o ano corrente.

Em 31 de dezembro de 2020, a COMPESAPREV possui 2.645 participantes ativos (2.702 em 31 de dezembro de 2019), 1.811 participantes assistidos (1.815 em 31 de dezembro de 2019), 791 pensionistas (753 em 31 de dezembro de 2019) e 19 participantes com benefício proporcional definido (17 em 31 de dezembro de 2019).

Os principais recursos que a COMPESAPREV dispõe para o seu funcionamento são representados por:

**Contribuições dos participantes**

Os participantes ativos recolhem à COMPESAPREV valores equivalentes ao resultado da aplicação das seguintes taxas:

- A% (A por cento) da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- B% (B por cento) da parcela do seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- C% (C por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- D% (D por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício suplementar.

Para os participantes assistidos os percentuais A% / B% / C% / D% são, respectivamente, de 2,6822% / 5,3643% / 10,7287% / 14,3049% e para participantes ativos os percentuais A% / B% / C% / D% são, respectivamente, de 2,9697% / 5,9394% / 11,8788% / 15,8384% (agravamento de 10,72%).

**Contribuição da entidade patrocinadora**

A partir de janeiro de 2017 a Patrocinadora COMPESA não mais realizará contribuição suplementar destinada a averbar o tempo de serviço anterior dos Participantes Fundadores do Plano de benefício Definido da COMPESAPREV como tempo de filiação a esse Plano já que a vigência de tal contribuição se encerrou em dezembro de 2016, permanecendo a vigência de tal contribuição normal de valor igual ao valor total das contribuições normais recolhidas a cada mês pelos Participantes ativos e Assistidos do Plano.

**Rendimentos financeiros**

A COMPESAPREV dispõe, para seu funcionamento, dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras em investimentos, obedecendo ao disposto em Resolução do Conselho Monetário Nacional.

De acordo com suas demonstrações contábeis, a COMPESAPREV, em 31 de dezembro de 2020, apresenta um superávit técnico acumulado de R\$ 2.497 (superávit técnico acumulado de R\$ 22.165 em 2019), equivalente a 0,271% (2,522% em 2019) do ativo líquido. Estas mesmas demonstrações contábeis, que não fazem parte dos conjuntos das demonstrações da Companhia, apresentam as seguintes informações adicionais:

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de benefícios concedidos	562.149	536.456
Provisão de benefícios a conceder	355.478	320.249
Provisões matemáticas a constituir		
Exigível atuarial	917.627	856.705
Superávit técnico	2.497	22.165
Ativo líquido do plano	920.124	878.869

No exercício de 2020, a Companhia repassou à COMPESAPREV R\$ 9.989 (R\$ 9.742 em 2019) a título de contribuição.

Em 31 de dezembro de 2020, para fins de atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, a Companhia avaliou os benefícios definidos, integrados por Benefícios Programados e por Benefícios de Risco do seu plano COMPESAPREV, mediante a contratação de atuário, o qual avaliou o valor presente das obrigações em R\$ 1.063.707 (R\$ 1.075.894 em 2019) e o valor justo dos ativos em R\$ 1.063.707 (R\$ 1.075.894 em 2019), resultando em um Ativo Líquido de R\$ 65.402 (Passivo de R\$ 2.137 em 2019) à COMPESAPREV, conforme demonstrativo.

**Variação do valor presente das obrigações e valor justo do ativo do plano:**

**Aumento/(diminuição) no valor presente das obrigações**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Valor presente das obrigações - Saldo inicial	1.075.894	846.713
Custos do serviço corrente	23.818	15.412
Juros sobre o valor presente das obrigações	84.847	80.631
Ganhos atuariais	(70.771)	179.826
Benefícios pagos	(50.081)	(46.688)
<b>Valor presente das obrigações - Saldo final</b>	<b>1.063.707</b>	<b>1.075.894</b>

**Variação no valor justo dos ativos do plano do exercício é a seguinte:**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano saldo inicial</b>	<b>1.073.757</b>	<b>880.679</b>
Contribuição do empregador	21.051	20.206
Contribuição do empregado	7.174	6.846
Retorno obtido pelos ativos do plano	84.865	84.526
Perdas/ (ganhos) atuariais	(7.657)	128.188
Benefícios pagos	(50.081)	(46.688)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro</b>	<b>1.129.109</b>	<b>1.073.757</b>
<b>Ativo/Passivo da patrocinadora</b>	<b>(65.402)</b>	<b>2.137</b>

No exercício de 2020, o ativo líquido de benefícios previdenciários não foi reconhecido em virtude de não atender o previsto nos itens 64b e 64c da CPC 33 (R1), e não existir qualquer ativo líquido a ser reconhecido pela COMPESA em relação ao Plano de Benefício Definido por ela patrocinado junto à COMPESAPREV.

**Posição do passivo (ativo) do plano:**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Valor justo do ativo do Plano	(1.075.894)	(846.713)
Valor presente da obrigação vencida	659.053	663.477
Valor presente da obrigação a vencer	404.654	412.417
Valor líquido das obrigações	1.063.707	1.075.894
<b>Ativo/Passivo para a patrocinadora</b>	<b>(65.402)</b>	<b>2.137</b>

**Aspectos:**

- Considerando a necessidade da COMPESA em proceder ao reconhecimento do Passivo Líquido relacionado ao Plano de Benefício Definido por ela patrocinado junto à CompesaPrev;
- Considerando que o Patrimônio do Benefício Definido é segregado do Patrimônio da COMPESA;
- Considerando que a COMPESA é a única Patrocinadora responsável pelo Plano de Benefício Definido patrocinado por ela junto à CompesaPrev;

Verifica-se que o Passivo Líquido de R\$ (65.402) a ser reconhecido, em 31/12/2020 relativo ao Plano Previdenciário do tipo Benefício Definido patrocinado pela COMPESA junto à CompesaPrev, por ser negativo, corresponde a um Ativo Líquido.

No entanto, considerando que, na Avaliação Atuarial elaborada em conformidade com as Normas da Superintendência da Previdência Complementar –PREVIC, o Superávit Técnico Acumulado desse Plano de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA para seus empregados e ex-empregados participantes do Plano era, em 31/12/2020, de R\$ 2.497.223, que corresponde a um valor insuficiente para que se constitua Reserva Especial para destinação / distribuição de qualquer parcela desse Superávit, esse Passivo Líquido de R\$ (65.402) corresponde a um Ativo Líquido que não é passível de ser reconhecido pela empresa patrocinadora.

**Cálculo da estimativa do custo esperado:**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Custos do serviço corrente	20.349	23.818
Custos dos juros	(5.548)	(17)
Contribuição esperada	(7.316)	(7.174)
<b>Receita estimada esperada</b>	<b>7.485</b>	<b>16.627</b>

**Premissas atuariais atualizadas**

Taxa de Juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total, bem como a Taxa de Rendimento esperada sobre os ativos do plano: 3,79% ao ano, em termos reais, e, 7,94% ao ano em termos nominais, considerando a inflação média anual, ao longo dos anos futuros, da ordem de 4,0% ao ano (inflação baseada no Estudo da I9Advisory que serviu de base ao ALM da CompesaPrev).

**Nota:**

Tomando como base a Resolução CNPC no. 30 de 10 de outubro de 2018, a Duração do Passivo apurada foi de 14,64 anos, dessa forma, o Título Público comercializado em 31 de dezembro de 2020 com duração mais próxima e com vencimentos em 15 de maio de 2045.

Taxa de Crescimento Salarial: Cerca de 2,33% ao ano, em termos reais, e 6,32% ao ano, em termos nominais, considerando uma inflação média anual, ao longo dos anos futuros, da ordem de 4,0% ao ano, conforme Estudo Técnico de Adequação do Crescimento Salarial apresentado no Anexo ao JM/2404/2020 de 18 de dezembro de 2020.

Índice de Reajuste de Benefícios Concedidos de Prestação Continuada: da ordem de 4,0% ao ano (igual à inflação anual projetada para os anos futuros).

Inflação Projetada: da ordem de 4,0% ao ano (considerando os anos futuros de existência do plano), tomando como base o indicado através do Estudo apresentado pelo JM/2404/2020 de 18 de dezembro de 2020.

Fator de Capacidade do Benefício de Prestação Continuada de preservar seu poder aquisitivo entre 2 (dois) reajustes anuais consecutivos ao longo dos anos futuros: 0,9777 ou 97,77% (compatível com a Inflação Projetada de 4,0% ao ano).

Rotatividade: Considerada nula para refletir, de forma prudente, o reflexo da introdução do Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD) e a existência do Instituto Autopatrocínio.

Tábua Geral de Mortalidade: qx da AT-2000 (masculina), em conformidade com o teste de aderência de Sobrevivência/Mortalidade Geral apresentado através do JM/2404/2020 de 18 de dezembro de 2020.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: qx da AT-49 em conformidade com o

teste de aderência de Sobrevivência/Mortalidade de Inválidos apresentado através do JM/2404/2020 de 18 de dezembro de 2020.

Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-FRACA em conformidade com o teste de aderência de Entrada em Invalidez apresentado através do JM/2404/2020 de 18 de dezembro de 2020.

Composição de Família: experiência obtida na empresa Patrocinadora (COMPESA) no que se refere aos Participantes ainda não Assistidos atualizada em 2020 e família efetiva no que se refere aos Assistidos (Aposentados e Pensionistas), em conformidade com o apresentado através do JM/2404/2020 de 18 de dezembro de 2020.

Entrada em Aposentadoria (Programada): os participantes ativos, que não estejam na condição de Autopatrocinados ou em Benefício Proporcional Diferido, irão requerer benefício de aposentadoria programada 1 (um) ano após preencherem todos os requisitos para requererem benefício pleno de aposentadoria, em conformidade com o apresentado através do JM/2404/2020 de 18 de dezembro de 2020.

Para os Participantes do Plano, que poderão entrar em gozo de Suplementação Antecipada, informados pela COMPESA, (Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço/ Contribuição com conversão de Tempo de Serviço Especial em Normal): se realiza a correspondente conversão de Tempo de Serviço Especial em Tempo de Serviço.

**Plano de Assistência Médica – COMPESASAÚDE**

A Companhia também é patrocinadora do Plano de Assistência médico-hospitalar e odontológico, que é administrado pela COMPESAPREV, cujas contribuições são calculadas individualmente com o auxílio da tabela de contribuição mensal, lastreada em sua faixa de remuneração, no tamanho da sua família e na faixa etária.

O COMPESASAÚDE possui três modalidades de planos: Plano I e II (fechados para novas adesões) e Plano III (em funcionamento desde janeiro/2015). São compostos por titulares associados (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA (Plano de Incentivo à Aposentadoria), empregados com contrato de trabalho suspenso, sócios auto patrocinados, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), titulares não associados à COMPESAPREV inscritos no COMPESASAÚDE até 25 de maio de 2001 (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, servidores públicos ou empregados de outras entidades cedidos à COMPESA, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), dependentes e agregados.

Os planos caracterizam-se pelo completo atendimento aos procedimentos descritos na norma interna SAD 102/98, no Regulamento do Plano e nos demais atos normativos em vigor no que diz respeito às coberturas, às exclusões, às carências e ao padrão de acomodação hospitalar.

Os planos são custeados pelas contribuições mensais dos seus associados, em pré-pagamento, conforme tabelas definidas por ocasião da avaliação atuarial de planos, e em pós-pagamento, referente aos valores correspondentes à participação. A Patrocinadora participa do custeio do plano, conforme regras acordadas anualmente por ocasião da Avaliação Atuarial do Plano e revisão do Plano de Custeio do COMPESASAÚDE.

**Compromisso da Patrocinadora aos Empregados no Pós-Emprego**

A Patrocinadora COMPESA, através do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que vem se renovando anualmente, assumiu o compromisso de custear o Plano COMPESASAÚDE relativamente às perdas de arrecadação mensal em função da adoção dos tetos máximos de desconto, sobre a remuneração do aposentado ou pensionista, de 16% (dezesseis por cento) para os titulares com PIA e de 20% (vinte por cento) para os titulares com ACT e PIA Especial. Estas duas perdas, somadas, representam 35,12% (27,40% em 31 de dezembro de 2019) da arrecadação da categoria de aposentados e pensionistas do COMPESASAÚDE, apurados na Avaliação Atuarial do Plano em 2020.

Em 2020, a Companhia reconheceu no resultado, a título de contribuição ao Plano de Assistência Médica, o montante de R\$ 49.137 (R\$ 45.684 em 2019).

Considerando a entrada em vigor da Resolução Normativa-RN nº254/2011, conforme artigo 27, em 04 de agosto 2012, os atuais beneficiários só poderão incluir como beneficiários, novo cônjuge e filhos do titular.

Em 2020, a Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de assistência à saúde pós-emprego, os quais requerem a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros.

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício/ ano	(157.478)	(140.268)
Taxa de desconto atuarial do ano anterior	7,20%	9,00%
(-) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(11.338)	(12.624)
(-) Custo do serviço corrente previsto para o ano	(6.057)	(5.010)
(+) Benefícios pagos no ano	5.818	7.032
Perda atuarial do exercício	(218)	(6.608)
<b>Obrigação total no exercício</b>	<b>(169.273)</b>	<b>(157.478)</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	15.920	15.258
Taxa de retorno esperado para os ativos do plano	7,20%	9,00%
(+) Custo de juros sobre a obrigação	1.146	1.373
(+) Contribuição da Patrocinadora	5.565	5.059
(-) Benefícios pagos no exercício	(5.818)	(7.032)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	7.705	1.262
<b>Valor justo dos ativos no exercício</b>	<b>24.518</b>	<b>15.920</b>
<b>Custo do serviço passado não reconhecido</b>		
Ganho/ (perda) atuarial no exercício	(218)	(6.608)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	7.705	1.262
<b>Apuração do resultado do exercício</b>	<b>7.487</b>	<b>(5.346)</b>
<b>Passivo a reconhecer no exercício</b>	<b>(144.755)</b>	<b>(141.558)</b>

**Premissas atuariais utilizadas:**

- Bases técnicas e biométricas
- » Tábua de Mortalidade de Válidos: AT-2000 (diferenciada para Homens e Mulheres);
- » Tábua de Entrada em Invalidez: Light Fraca;
- » Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-49 Male;
- » Taxa de Desconto da avaliação de 2019: 7,20% a.a.;
- » Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação 2019: 7,20% a.a.;
- » Taxa de Inflação da avaliação de 2019: 3,40% a.a.;
- » Crescimento real dos custos médicos em 2019: 3,00% a.a.;

- » Taxa de Rotatividade em 2019: não adotada;
- » Taxa de Desconto da avaliação de 2020: 7,32% a.a.;
- » Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação 2020: 7,32% a.a.;
- » Taxa de Inflação da avaliação 2020: 3,32% a.a.;
- » Crescimento real dos custos médicos em 2020: 3,00% a.a.;
- » Taxa de Rotatividade em 2020: não adotada;
- » Duration calculada em 2020: 14,89 anos;
- » Regime de Capitalização para todos os benefícios;
- » Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC).

**• Tabelas utilizadas:**

- » COMPESAPREV, para diárias, taxas de sala, internações, uso de equipamentos, atendimentos ambulatoriais e serviços hospitalares, com referencial anual de correção pela variação do INPC-IBGE;
- » Medicamentos: SIMPRO - negociação diretamente com os prestadores;
- » Medicamentos: BRASÍNDICE - preço de fábrica com acréscimo negociado diretamente com os prestadores;
- » Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM): edição/2010, com valores de Consultas Médicas, SADT's e demais procedimentos acordados entre a operadora e os prestadores de serviço.

Taxas de utilização dos procedimentos assistenciais

- » Tabelas de morbidade ajustadas com as próprias experiências da COMPESAPREV.

**Demais premissas e hipóteses**

- » Despesas Não Assistenciais, destinadas à cobertura das despesas administrativas totais dos Planos, fixadas em 12% (doze por cento) das receitas mensais;
- » Pré-requisitos para entrada em aposentadoria do titular (plano previdenciário): possuir cumulativamente 55 anos de idade, 30 anos (mulheres) ou 35 anos (homens) de contribuição à Previdência Social e 20 anos de plano (COMPESAPREV);
- » Idade para permanência de filhos e equiparados: até 24 anos.
- » Banco de Dados (informações fornecidas pela COMPESAPREV): Sinistros (despesas): janeiro a dezembro de 2020 (janeiro a dezembro de 2019 para o cálculo 2019); Beneficiários (cadastro): dezembro de 2020 (dezembro/2019 para o cálculo de 2019); Resultados posicionados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

**Plano de Incentivo à Aposentadoria – PIA**

Consta no Acordo Coletivo de Trabalho que a COMPESA dispõe de plano de incentivo à aposentadoria, o qual deve obedecer aos seguintes critérios:

Pagamento de um "prêmio aposentadoria", em uma única parcela, de um dos seguintes valores, conforme opção do empregado:

- Modalidade A: dez vezes o piso salarial da COMPESA;
- Modalidade B: cinco vezes o salário contratual básico do empregado;
- Modalidade C: valor equivalente a 40% do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para fins rescisório, relativo, exclusivamente, ao contrato de trabalho mantido com a COMPESA.

O "prêmio aposentadoria", nas modalidades A e B, terá seu valor calculado com base na Tabela Salarial vigente na data em que ocorrer o seu pagamento.

O saldo da conta do FGTS considerado como base de cálculo dos 40%, referido na modalidade C, será o do mês de concessão da aposentadoria, após a incidência dos juros e da atualização monetária, até o mês imediatamente anterior ao do pagamento do "prêmio aposentadoria".

Farão jus ao valor do "prêmio aposentadoria", os empregados que, ao se aposentarem, tenham completado dez anos de contrato de trabalho com a COMPESA.

Farão jus ao valor do "prêmio aposentadoria" os empregados que, ao se aposentarem, satisfazendo às condições estabelecidas no parágrafo anterior, façam a comunicação à COMPESA da Carta Concessória de Aposentadoria da Previdência Social, para fins de desligamento da Companhia, em até 30 dias contados da data de sua expedição.

Fica assegurada aos empregados que se aposentarem por invalidez pela Previdência Social, a concessão, pela Companhia, de uma contribuição equivalente a 20% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, relativo exclusivamente ao contrato mantido com a COMPESA.

A Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de plano de incentivo à aposentadoria.

A Companhia reconhece como despesa atuarial os valores presentes das obrigações com os benefícios pós-emprego, com base em laudos atuariais do exercício de 2020.

**Pecúlio por Morte e Invalidez:**

A COMPESA concede um Pecúlio por Morte e por Invalidez, cujo capital individual segurado é de 3 (três) vezes o valor do seu Piso Salarial sendo pago das seguintes formas: i) 100% em caso de morte natural ou de entrada em aposentadoria definitiva do empregado; ii) 200% em caso de morte acidental do empregado; iii) 50% em caso de morte natural do cônjuge ou companheira (o); iv) 100% em caso de morte acidental do cônjuge ou companheira (o); e v) 10% em caso de morte de filho(s) de até 21 anos de idade ou inválidos.

Não se registra de forma diversa do plano de previdência complementar do tipo benefício definido, patrocinado pela COMPESA com a COMPESAPREV, a existência de qualquer fundo segregado para dar cobertura aos benefícios pós-emprego apresentados.

**Premissas atuariais utilizadas:**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Taxa de descontos	7,30% ao ano (3,17% acima da Inflação Projetada).	7,85% ao ano (3,21% acima da Inflação Projetada).
Taxa de rendimentos esperada sobre o valor justo do ativo	Não Aplicável por não existir Ativo Segregado.	Não Aplicável por não existir Ativo Segregado.
Taxa de crescimento salarial	(i) No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,0431% ao ano (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Produtividade Geral); e  (ii) No que se refere ao Salário Contratual Básico: 5,2719% (1,22% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Mérito Pessoal).	(i) No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,5406% ao ano (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Produtividade Geral); e  (ii) No que se refere ao Salário Contratual Básico: 5,9168% (1,36% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Mérito Pessoal).

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**

	1,9712% ao ano acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da Inflação Projetada de 4,0% ao ano), considerando que o rendimento do FGTS de 3% mais TR esteja agregando, a partir de 2017, o correspondente a 50% do rendimento líquido apurado com a aplicação desse Fundo (estimado esse acréscimo em 50% de 4% ao ano, ou seja, 2% ao ano)	1,9856% ao ano acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da Inflação Projetada de 4,5% ao ano), considerando que o rendimento do FGTS de 3% mais TR esteja agregando, a partir de 2017, o correspondente a 50% do rendimento líquido apurado com a aplicação desse Fundo (estimado esse acréscimo em 50% de 4% ao ano, ou seja, 2% ao ano)
Taxa de Rendimentos do FGTS		
Inflação Projetada	4,0% ao ano.	4,5% ao ano.
Rotatividade	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.
Tábua Geral de Mortalidade	qx da AT 2000(masculina).	qx da AT 2000(masculina).
Tábua de Entrada em Invalidez	ix igual a 80% da LIGHT (FRACA).	ix da LIGHT (FRACA).

Composição de Família (Cobertura do Pecúlio por Morte)	Experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA com a COMPE-SAPREV	Experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA com a COMPE-SAPREV
--	--	--

<b>Status de cobertura</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Valor presente das obrigações do PIA no início do exercício	61.306	62.993
Status de cobertura: (superávit)	67.981	61.306
Passivo líquido para empresa patrocinadora no final do exercício	67.981	61.306

<b>Custos esperados pós-emprego</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Custo do serviço corrente	3.847	3.648
Custo dos juros	4.577	4.378
<b>Custo esperado estimado para o próximo ano</b>	<b>8.424</b>	<b>8.026</b>

<b>Valor presente das obrigações</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Valor presente das obrigações no início do período	61.306	62.993
Custos dos serviços correntes	3.648	3.501
Juros sobre o valor presente das obrigações	4.378	5.044
(Perdas)/ganhos atuariais	(107)	(4.238)
Benefícios pagos	(1.243)	(1.392)
Aposentados	-	4.602
<b>Valor presente das obrigações no final do período</b>	<b>67.981</b>	<b>61.306</b>

Nos exercícios de 2020 e 2019, os passivos líquidos, nos valores respectivos de R\$ 67.981 e R\$ 61.306, do benefício pós-emprego PIA foram reconhecidos como sendo um benefício pós-emprego.

**Posição do benefício a empregados em dezembro de 2020 e 2019:**

<b>Benefícios a empregados</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Valor justo do ativo do plano	(1.129.109)	(1.073.757)
Valor líquido das obrigações	1.063.707	1.075.894
<b>Plano de Previdência COMPESAPREV</b>	<b>(65.402)</b>	<b>2.137</b>
Valor do Ativo/passivo do plano	(65.402)	2.137
<b>Saldo do Plano de Previdência COMPESAPREV</b>	<b>-</b>	<b>2.137</b>

Valor presente das obrigações	169.273	157.478
Valor justo dos ativos	(24.518)	(15.920)
<b>Plano de assistência COMPESASAÚDE</b>	<b>144.755</b>	<b>141.558</b>

Valor presente das obrigações anterior	61.306	62.993
Custos dos serviços correntes	3.648	3.501
Juros sobre as obrigações	4.378	5.044
Perdas e ganhos atuariais	(107)	(4.238)
Benefícios pagos	(1.243)	(1.392)
Aposentados	-	(4.602)
<b>Benefício Pós-emprego (PIA)</b>	<b>67.981</b>	<b>61.306</b>
<b>Total</b>	<b>212.736</b>	<b>205.001</b>

**22. PARTES RELACIONADAS**

**Política contábil:**  
A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado de Pernambuco e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia considera como partes relacionadas o Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como as prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão entre outros.

Adicionalmente, a Companhia também reconhece como partes relacionadas a Parceria Pública Privada celebrada com a empresa BRK Ambiental. A COMPESA manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Serviços de esgotamento sanitário da região metropolitana por meio da Parceria Público Privada (PPP) com a empresa BRK Ambiental;
- Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;
- Contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- Remuneração dos administradores;
- Participação nos resultados dos administradores.

**Composição dos valores:**  
Parceria Público-Privada (PPP): O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da COMPESA. O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema - CBOS, durante o período da concessão previsto para 35 anos.

Balço patrimonial			Resultado do exercício
31/12/2020	31/12/2020		31/12/2020
	Passivo circulante (Nota 17)	Passivo não circulante (Nota 19)	
<b>Parte relacionada</b>			
BRK Ambiental	16.000	1.299.503	
BRK Ambiental - CBOS		(251.815)	
<b>Parte relacionada</b>			
BRK Ambiental			
Despesa			(249.892)
Receita com serviço de construção (nota 24)			236.105
Custo com serviço de construção (nota 25)			(236.105)

Demais operações: Refere-se aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o setor público que são cobrados nas mesmas condições e tarifas normais de mercado, aos contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos; a remuneração dos administradores e a participação nos resultados dos administradores.

Quanto a performance financeira que influencia na remuneração de empregados públicos em cargos estratégicos, a remuneração variável se dá por meio do Programa de Participação nos Resultados (PR), anteriormente apresentado. Desse modo, espera-se vincular a recompensa ao desempenho, de forma a incentivar o empregado a alcançar seus níveis estabelecidos de eficiência, controlar os custos variáveis, promover a contribuição da equipe para o sucesso do negócio e fomentar a automotivação.

De acordo com o ACT em vigência, do montante a ser pago, metade será destinado à distribuição igualitária para os empregados elegíveis ao Programa e a metade restante à distribuição proporcional à remuneração individual de cada empregado. Tal procedimento não se aplica a diretores, pois estes recebem verbas de representação e honorários fixos, ou seja, independente do alcance de metas corporativas globais.

A seguir apresenta-se a composição dos valores relativos as demais operações vinculadas às partes relacionadas da Compesa:

Resultado			
	31/12/2020		31/12/2019
<b>Controlador</b>			
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	21.550		22.773
<b>Outras partes relacionadas</b>			
Prefeituras e órgãos municipais	43.956		40.482
Remuneração dos Administradores	1.132		894

31/12/2020				31/12/2019			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante
<b>Estado de Pernambuco e órgãos estaduais</b>							
Contas a receber	22.437	-	23.904	-			
Outros (Convênios)	5.384	-	5.405	-			
<b>Prefeituras e órgãos municipais</b>							
Contas a receber	44.970	7.860	41.510	8.351			
Outros (Convênios)	106.984	-	107.584	-			

31/12/2020				31/12/2019			
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo não circulante
<b>Estado de Pernambuco e órgãos estaduais</b>							
Juros sobre capital próprio	85.482	39.376	72.672	8.531			
<b>Prefeituras e órgãos municipais</b>							
Petrolina	1.057	512	1.057	512			

**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

**COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL REALIZADO (em Milhares de R\$)** Período: 12/2020

Ações nominativas sem valor nominal				
	Ordinárias			
Ordem Acionistas	Qnt	%	Valor (R\$)	
1	Estado de Pernambuco	156.101.289	100,00%	5.701.333
2	Sudene			
3	Ad Dipier			
4	Pref.Mun.de Olinda			
5	Pref.Mun.de Gravatá			
6	Codevasf			
7	Outros(*)			
<b>Total</b>	<b>156.101.289</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.701.333</b>	

Preferenciais				
Ordem Acionistas	Qnt	%	Valor (R\$)	
1	Estado de Pernambuco	6	0,0073%	0
2	Sudene	68.208	82,3219%	2.932
3	Ad Dipier	5.106	6,1622%	219
4	Pref.Mun.de Olinda	3.278	3,9561%	141
5	Pref.Mun.de Gravatá	918	1,1086%	39
6	Codevasf	713	0,8610%	31
7	Outros(*)	4.626	5,5829%	199
<b>Total</b>	<b>82.855</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.561,07</b>	

Total				
Ordem Acionistas	Qnt	%	Valor (R\$)	
1	Estado de Pernambuco	156.101.295	99,9470%	5.701.334
2	Sudene	68.208	0,0437%	2.932
3	Ad Dipier	5.106	0,0033%	219
4	Pref.Mun.de Olinda	3.278	0,0021%	141
5	Pref.Mun.de Gravatá	918	0,0006%	39
6	Codevasf	713	0,0005%	31
7	Outros(*)	4.626	0,0030%	199
<b>Total</b>	<b>156.184.144</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.704.894</b>	

**COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL REALIZADO (em Milhares de R\$)** Período: 12/2019

Ações nominativas sem valor nominal				
	Ordinárias			
Ordem Acionistas	Qnt	%	Valor (R\$)	
1	Estado de Pernambuco	139.253.984	100,00%	5.078.873
2	Sudene			
3	Ad Dipier			
4	Pref.Mun.de Olinda			
5	Pref.Mun.de Gravatá			
6	Codevasf			
7	Outros(*)			
<b>Total</b>	<b>139.253.984</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.078.873</b>	

Preferenciais				
Ordem Acionistas	Qnt	%	Valor (R\$)	
1	Estado de Pernambuco	6	0,0074%	0
2	Sudene	66.950	82,3218%	2.884
3	Ad Dipier	5.012	6,1624%	216
4	Pref.Mun.de Olinda	3.218	3,9567%	139
5	Pref.Mun.de Gravatá	901	1,1085%	39
6	Codevasf	700	0,8612%	30
7	Outros(*)	4.540	5,5821%	196
<b>Total</b>	<b>81.327</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.503</b>	

Total				
Ordem Acionistas	Qnt	%	Valor (R\$)	
1	Estado de Pernambuco	139.253.990	99,9416%	5.078.873
2	Sudene	66.950	0,0480%	2.884
3	Ad Dipier	5.012	0,0036%	216
4	Pref.Mun.de Olinda	3.218	0,0023%	139
5	Pref.Mun.de Gravatá	901	0,0006%	39
6	Codevasf	700	0,0005%	30
7	Outros(*)	4.540	0,0033%	196
<b>Total</b>	<b>139.335.311</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.082.376</b>	

Em 01 de janeiro de 2019, o capital integralizado da Companhia era de R\$ 5.010.683 representado por 137.302.201 ações ordinárias e 80.187 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. Já em abril/2019, mais uma integralização de capital foi realizada com recurso oriundo de reserva para dividendos adicionais, no valor de R\$ 71.692, sendo 1.951.783 ações ordinárias e 1.140 ações preferenciais, totalizando 1.952.923 ações nominativas sem valor nominal. Assim a quantidade de ações da Cia foi modificada de 137.382.388 para 139.335.311, representando R\$ 5.082.376 de capital integralizado, sendo 139.253.984 ações ordinárias e 81.327 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Até 31/12/2020, foi recebido adiantamento do Governo do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 281.034 (R\$ 443.657 em 31/12/2019) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**

esgoto aprovados pela lei de orçamentaria anual. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no período o montante de R\$ 724.691 (R\$ 957.564 em 31/12/2019).

No primeiro semestre deste mesmo ano, houve integralização do Capital Social, com recurso oriundo de adiantamento para futuro aumento de capital, em 30/01/2020, no valor de R\$ 513.907, sendo 13.968.653 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 28/05/2020 houve integralização com recurso oriundo de reserva para dividendos adicionais propostos, no valor de R\$ 108.611, sendo 2.878.652 ações ordinárias e 1.528 ações preferenciais, totalizando 2.880.180 ações nominativas sem valor nominal. Assim, totalizando R\$ 622.518, a quantidade de ações da Cia foi modificada passando de 139.335.311 para 156.184.144, representando R\$ 5.704.894 de capital integralizado, sendo 156.101.289 ações ordinárias e 82.855 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

**b) Reservas e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**

No exercício de 2020, a Companhia constituiu reservas de lucro de acordo com a Lei das S/A (6.404/76) e seu estatuto social, capítulo VII. A seguir apresentam-se os valores contabilizados:

<b>Distribuição do Lucro</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro do exercício	177.239	212.855
<b>Lucro a distribuir</b>	<b>177.239</b>	<b>212.855</b>
Juros s/ capital próprio (Nota Técnica) (*)		
(*) Juros s/ capital próprio poderá ser atribuído como dividendo mínimo	-85.525	-72.315
Reserva legal		
(Art.32-a Estatuto) (Lucro a distribuir* 5%)	5,00%	-8.862
Reserva o/ aumento capital		
(Art.32-b Estatuto) (Lucro a distribuir* 10%)	10,00%	-17.724
<b>Dividendo adicional proposto</b>	<b>65.128</b>	<b>108.612</b>
<b>Participação - Estado PE</b>	<b>99.95%</b>	<b>65.096</b>
<b>Participação - Outros</b>	<b>0,05%</b>	<b>33</b>
	<b>54</b>	

**Movimentação do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital:**

<b>Movimentação</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Saldo inicial de adiantamento</b>	<b>957.564</b>	<b>513.907</b>
Quantidade de ações	26.028	13.999
<b>Adiantamento no período/exercício(*)</b>	<b>281.034</b>	<b>443.657</b>
Quantidade de ações	7.639	12.085

<b>Incorporação ao capital social</b>	<b>513.907</b>	<b>0</b>
Quantidade de ações	13.969	0
<b>Saldo final de adiantamentos</b>	<b>724.691</b>	<b>957.564</b>
Quantidade de ações	19.698	26.028

(\*) Referem-se aos créditos recebidos do governo por meio de empenhos: R\$ 281.034 (2020) e R\$ 443.657 (2019).

**c) Remuneração aos Acionistas**

A Companhia mantém no Passivo Não Circulante saldo de créditos a pagar ao seu acionista majoritário - Estado de Pernambuco. Tais créditos se referem a Juros sobre Capital Próprio - JSCP de exercícios anteriores aprovados em atas de Assembleia Geral e Ordinária, que totalizaram R\$ 39.376 (R\$ 8.531 em 2019).

Até 31/12/2019, referente ao exercício de 2019, foram pagos na forma de JSCP R\$ 41.594. Deste valor, R\$ 41.427 foi pago ao Estado de Pernambuco e R\$ 167 a minoritários. O saldo de R\$ 85.759, registrado no passivo circulante, se refere a: R\$ 234 de exercícios anteriores, devido a acionistas minoritários e R\$ 85.525 referente ao JSCP 2020.

No exercício de 2020 foi calculado juros sobre capital próprio no valor R\$ 85.525 (R\$ 72.315 em 2019), sendo parte do acionista majoritário o valor de R\$ 85.482 (R\$ 72.272 em 2019).

**d) Contratos de concessão - Prefeituras - Pagamento baseado em ações**

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravata, Vitória Santo Antão, Bodocó, Carnalba, Alinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbi, Jurema, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Uma, Betânia, Cabo, Pombos, Maraiá, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barra de Guabiraba, Jupi, Camutanga, Vertentes, Bezerros, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Iguaraci, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afrânio e Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa.

Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a compra das ações representativas do seu capital social.

**24. RECEITAS OPERACIONAIS****Política contábil:**

**Receita de Serviços:** As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas

são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

**Receita de Construção:** A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	<b>01/01/2020 a 31/12/2020</b>	<b>01/01/2019 a 31/12/2019</b>
<b>Receita de Venda</b>		
Serviços de abastecimento de água	1.423.931	1.361.893
Serviços de esgotamento sanitário	404.065	387.268
Serviços de construção (a)	611.331	520.925
	<b>2.439.327</b>	<b>2.270.086</b>

**Deduções da receita**

COFINS e PIS	(65.967)	(162.616)
Cancelamentos	(22.741)	(18.332)
	(88.708)	(180.948)
<b>Total</b>	<b>2.350.619</b>	<b>2.089.138</b>

a) Em 31 de dezembro de 2020, a receita dos serviços de construção efetuada pela Compesa corresponde a R\$ 375.226 (R\$ 272.084 em 31/12/2019), enquanto a receita de construção decorrente da participação da PPP foi de R\$ 236.105 em 31/12/2020 (R\$ 248.841 em 31/12/2019), totalizando R\$ 611.331 (R\$ 520.925 em 31/12/2019).

**25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	<b>01/01/2020 a 31/12/2020</b>	<b>01/01/2019 a 31/12/2019</b>
Pessoal	(292.471)	(279.711)
Energia elétrica	(215.589)	(188.743)
Serviços de terceiros	(441.708)	(433.783)
Materiais	(31.211)	(26.500)
Produtos químicos	(37.998)	(36.660)
Depreciação e Amortização	(76.844)	(49.242)
Despesas gerais	(1.366)	(2.307)
Custo de construção	(611.331)	(520.925)
<b>Total</b>	<b>(1.708.518)</b>	<b>(1.537.871)</b>

Em atendimento ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do exercício em 31/12/2020, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.

**26. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS, TRIBUTOS E OUTRAS RECEITAS****a) Despesa Comercial:**

	<b>01/01/2020 a 31/12/2020</b>	<b>01/01/2019 a 31/12/2019</b>
Pessoal	(18.115)	(15.167)
Energia elétrica	(5.876)	(5.254)
Serviços de terceiros	(28.396)	(34.449)
Materiais	(293)	(94)
Depreciação e amortização	(1.319)	(1.798)
Despesas gerais	(80)	(244)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa e perdas com clientes	(142.404)	(69.645)
<b>Total</b>	<b>(196.483)</b>	<b>(126.651)</b>

**b) Despesa Administrativa:**

	<b>01/01/2020 a 31/12/2020</b>	<b>01/01/2019 a 31/12/2019</b>
Serviços de terceiros	(63.428)	(40.687)
Pessoal	(66.488)	(68.493)
Despesas gerais	(62.828)	(76.698)
Depreciação e Amortização	(3.019)	(11.036)
Materiais	(1.404)	(773)
Produtos químicos	-	1.918
Energia elétrica	(1.638)	(292)
<b>Total</b>	<b>(198.805)</b>	<b>(196.061)</b>

**c) Despesa Tributária:**

	<b>01/01/2020 a 31/12/2020</b>	<b>01/01/2019 a 31/12/2019</b>
PIS/PASEP	(36)	(484)
COFINS	(166)	(2.629)
Alvará de Funcionamento	(165)	(2.367)
IOF	(2)	8.378
Taxas e Emolumentos	(1.931)	(2.761)
Taxa outorga captação d'agua	(1.646)	(2.892)
Outras Taxas e Contribuições Federais	(4)	(1)
Outras Taxas e Contribuições Estaduais	(8.300)	(6.094)
<b>Total</b>	<b>(12.250)</b>	<b>(8.850)</b>

**d) Outras Receitas:**

	<b>01/01/2020 a 31/12/2020</b>	<b>01/01/2019 a 31/12/2019</b>
Receitas de alugueis	930	1.097
Ajustes – inventários físicos	79	(1.137)
Taxa de administração de recebíveis	176	172
Multa impuntualidade	2.811	1.598
Recuperação de despesas	23	32
Outras receitas e despesas operacionais	604	(966)
<b>Total</b>	<b>4.623</b>	<b>796</b>

**27. RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>01/01/2020 a 31/12/2020</b>	<b>01/01/2019 a 31/12/2019</b>
<b>Receitas</b>		
Receita financeira de clientes (a)	39.238	32.368
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	2.184	33.307
Outras receitas financeiras	969	447
Ajuste a valor presente	(4.796)	-
	<b>37.595</b>	<b>66.122</b>

**Despesas**

Descontos concedidos	(46.398)	(56.580)
Encargos e atualização monetária de empréstimos, financiamento e confissões de dívida	(16.947)	(25.265)
Perda atuarial	(18.465)	(11.116)
	<b>(81.810)</b>	<b>(92.961)</b>

<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(44.215)</b>	<b>(26.839)</b>
-------------------------------------	-----------------	-----------------

(a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 4.686 (R\$ 5.219 em 31/12/2019), e multa por impuntualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 34.552 (R\$ 27.149 em 31/12/2019);

(b) O saldo corresponde, principalmente, a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes de recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2020, para investimentos ainda não realizados, bem como aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CO-DEVASF com base no convênio no 0.011.00/2011.

**28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS**

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são, respectivamente, o tratamento e distribuição de água e a coleta e tratamento de esgoto sanitário. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A seguir, apresenta-se o resultado da Companhia distribuído pelos seguimentos de negócios:

	<b>2020</b>		
	<b>Água</b>	<b>Esgoto</b>	<b>Total</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.829.073</b>	<b>521.546</b>	<b>2.350.619</b>
(-) Custo dos Serviços Prestados	(1.264.816)	(443.702)	(1.708.518)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>564.257</b>	<b>77.844</b>	<b>642.101</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(346.375)</b>	<b>(58.095)</b>	<b>(404.470)</b>
(-) Despesa Comercial	(184.529)	(11.954)	(196.483)
(-) Despesa Administrativa	(154.861)	(43.944)	(198.805)
(-) Despesas Tributárias	(9.633)	(2.617)	(12.250)
(-) Honorários da Administração	(1.212)	(344)	(1.555)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	3.859	764	4.623
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>217.882</b>	<b>19.749</b>	<b>237.631</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(36.024)</b>	<b>(8.191)</b>	<b>(44.215)</b>
Receita Financeira	37.958	(363)	37.595
Despesa Financeira	(73.983)	(7.827)	(81.810)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>181.858</b>	<b>11.558</b>	<b>193.416</b>
<b>Provisão CSLL/IR</b>	<b>(12.601)</b>	<b>(3.576)</b>	<b>(16.177)</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>169.257</b>	<b>7.982</b>	<b>177.239</b>

	<b>2019</b>		
	<b>Água</b>	<b>Esgoto</b>	<b>Total</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.624.336</b>	<b>464.802</b>	<b>2.089.138</b>
(-) Custo dos Serviços Prestados	(1.156.345)	(381.526)	(1.537.871)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>467.991</b>	<b>83.276</b>	<b>551.267</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(276.059)</b>	<b>(55.601)</b>	<b>(331.660)</b>
(-) Despesa Comercial	(113.983)	(12.668)	(126.651)
(-) Despesa Administrativa	(152.492)	(43.569)	(196.061)
(-) Despesas Tributárias	(6.988)	(1.862)	(8.850)
(-) Honorários da Administração	(695)	(199)	(894)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(1.899)	2.695	796
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>191.932</b>	<b>27.675</b>	<b>219.607</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(26.255)</b>	<b>(584)</b>	<b>(26.839)</b>
Receita Financeira	58.621	7.501	66.122
Despesa Financeira	(84.876)	(8.085)	(92.961)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>165.677</b>	<b>27.091</b>	<b>192.768</b>
<b>Provisão CSLL/IR</b>	<b>15.623</b>	<b>4.464</b>	<b>20.087</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>181.301</b>	<b>31.554</b>	<b>212.855</b>

**29. SEGUROS**

A Companhia, em face da natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados.

A Companhia prevê nos termos de contrato junto aos fornecedores de obras a realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

**30. RISCOS E QUESTÕES AMBIENTAIS**

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam pôr em risco suas atividades e seu negócio. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil.

A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

**31. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)**

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) está afetando profundamente a sociedade brasileira e mundial, ocasionando impactos significativos na economia, decorrentes da interrupção nas cadeias produtivas e de suprimentos, que são reflexo da redução na demanda por bens e serviços.

No combate ao COVID-19, o setor de saneamento básico é considerado como "serviço essencial" para manutenção da qualidade de vida das pessoas e principalmente para higiene pessoal, pois o ato de lavar o rosto e as mãos com frequência é uma das principais medidas de prevenção desta doença.

Neste cenário de incertezas econômicas resultantes da pandemia do novo coronavírus, o setor de Saneamento Básico é um dos mais resilientes, e a Companhia está acompanhando ativamente os desdobramentos no comportamento econômico e social, principalmente nas consequências que serão percebidas pela população atendida nos municípios em que atua.

A Companhia entende não haver riscos na continuidade de sua operação, contudo, apresentamos a seguir a nossa melhor análise de mensuração dos impactos econômico-financeiros decorrentes do novo coronavírus:

- **Receitas, custos e fluxos de caixa:** Na visão da Companhia as receitas do setor de saneamento serão menos afetadas em decorrência dos efeitos da pandemia, por terem receita mais protegida que os demais setores, por se tratar de serviços essenciais à população. Uma pressão sobre o fluxo de caixa operacional pode impactar na arrecadação, devido a um possível aumento da inadimplência, principalmente para consumidores de baixa renda. Neste sentido, a Companhia suspendeu o faturamento de contas de água e esgoto, para os clientes cadastrados na Tarifa Social, aproximadamente 117 mil famílias, pelo período de 90 dias. Tal medida teve início em 21 de março de 2020, com impacto, a partir do ciclo 03/2020.

Além disso, a edição de leis que restringem o corte do fornecimento de serviços para determinadas categorias de consumidores durante situações de emergência, como no caso da COVID-19, podem elevar o índice de inadimplência, reduzindo assim o índice de conversão do EBITDA em CAIXA, pelo aumento de contas a receber de clientes, trazendo, nesta hipótese, um possível impacto à liquidez da Companhia.

Após o início do período de quarentena, a partir do dia 19 de março de 2020, a Companhia vem analisando diariamente a arrecadação e a inadimplência, e considerando a melhor estimativa para o momento, mantém saldo de provisão para perdas esperadas de contas a receber no montante de R\$ 793 milhões.

Sob o aspecto de custos, principalmente os relacionados as aquisições de produtos químicos, a Companhia não espera aumento relevante dos custos, uma vez que os principais produtos químicos são adquiridos por contratos já constituídos. A Companhia está monitorando os níveis de estoque e requereu plano de contingência às empresas contratadas relativamente aos produtos que podem apresentar dificuldades no abastecimento.

Empréstimos e Financiamentos: Não houve repactuações das taxas de juros referentes aos empréstimos e financiamentos, contudo, foi obtida a postergação dos parcelamentos.

- **Adicionalmente a Administração avaliou e concluiu que não há indícios de perda na recuperabilidade de seus Ativos vinculados às Concessões e Ativos de Direito de Uso no encerramento das Informações Contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020.**

A seguir as principais ações que a Companhia tem adotado em suas operações que afetam seus profissionais e clientes:

- Isolamento domiciliar de 14 (quatorze) dias para empregados que apresentarem ou residam com familiar que apresentem sintomas respiratórios e/ou febre;

- Regime de trabalho remoto para os empregados acima de 60 (sessenta) anos, portadores de doenças crônicas, respiratórias, imunocomprometidos, em tratamento de câncer e para gestantes e lactantes;
- Regime de trabalho remoto e/ou flexibilização do horário de trabalho por meio período, para pais ou mãe, de menores com idade até 12 (doze) anos;
- Definição do efetivo mínimo para trabalho interno, realizando escala de revezamento ou regime de 6 (seis) horas;
- O atendimento aos clientes passou a ser realizados virtualmente, sendo fechadas todas as Centrais de Relacionamento para atendimento presencial. A partir de agosto/2020, 144 das 157 lojas de atendimento da Compesa no Estado voltaram a funcionar de forma gradativa e outras exclusivamente através de agendamento;
- Antecipação de cronograma de entrega de materiais de tratamento objetivando estoque de segurança, em precaução e eventual fechamento de fábricas;
- Suspensão de assinatura de novos contratos com terceiros, exceto os de caráter imperioso às operações da Companhia.

Visando preservar a liquidez, a Companhia adotará as seguintes medidas, conforme permitido em atos normativos expedidos pelo Governo Federal:

- suspensão e parcelamento do FGTS referente às competências de março, abril e maio de 2020, conforme Medida Provisória nº 927/2020;
- postergação do recolhimento das contribuições de COFINS, PIS/PASEP e INSS Patronal referente às competências de março e abril de 2020 para recolhimento cumulativo com as competências de julho e setembro de 2020, respectivamente, conforme Portaria nº 139; e
- redução da contribuição obrigatória ao Sistema "S" referente ao período de abril a junho de 2020, conforme Medida Provisória nº 932/2020.

A Companhia continuará avaliando diariamente os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

**32. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Por meio da Resolução no. 170, de 3 de dezembro de 2020, a ARPE autorizou a aplicação do índice de reajuste de 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) nas tarifas dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitário do Estado de Pernambuco, prestados pela Compesa, considerando a variação acumulada dos índices componentes da fórmula tarifária, no período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Contudo, apesar do reajuste ser devido aos exercícios sociais de 2019/2020, este foi concedido apenas em janeiro de 2021, impactando, desta forma, os resultados deste exercício.

**Parecer do Conselho Fiscal**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2021 (dois mil e vinte um), às 14h30min, de forma virtual, em função da situação decorrente das medidas de isolamento para o enfrentamento do Coronavírus, reuniram-se, ordinariamente, os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, quais sejam: Sra. Héliida Campos Pereira Lima, Presidente do Conselho Fiscal; e os membros Sr. Pedro Eurico de Barros e Silva; Sr. Tiago Maranhão Barreto Pereira e Sr. Ennio Lins Benning. Declarando aberta a reunião, a Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Héliida Campos Pereira Lima, convidou a mim, Sr. Tiago Maranhão, para secretariar os trabalhos. Em seguida, a Presidente do Conselho Fiscal procedeu à leitura da seguinte ordem do dia: I) Examinar e opinar sobre o Relatório da Auditoria Independente referente às Demonstrações Contábeis do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2020; 2) Examinar e opinar sobre o Relatório Anual de Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; 3) Examinar e opinar sobre o Balanço Social e demais Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; 4) Deliberar sobre a destinação de Juros Sobre Capital Próprio – JSCP; 5) Deliberar sobre a constituição das reservas legais de lucros e da destinação de parcela do lucro líquido do exercício. 6) Outros assuntos de interesse do Conselho Fiscal. Em seguida, a Presidente passou à apreciação das matérias, colocando em análise o primeiro assunto da pauta: I) Examinar e opinar sobre o Relatório da Auditoria Independente referente às Demonstrações Contábeis do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2020. Neste ato, a Presidente do Conselho Fiscal, solicitou a Sra. Carolina Araújo – Gerente de Contabilidade, Orçamento e Custos, que realizasse a leitura do Parecer de Auditoria Independente referente às Demonstrações Contábeis do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2020, emitido pela empresa BDO, para o conhecimento de todos os Membros do Conselho Fiscal. Após a leitura, a Sra. Carolina Araújo informou que o Relatório de Auditoria não contém nenhuma ressalva e esclareceu algumas dúvidas

e os membros do Conselho se deram por satisfeitos. Prosseguindo, a Presidente passou para a seguinte deliberação na pauta. 2) Examinar e opinar sobre o Relatório Anual de Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; Neste ato, a Presidente do Conselho Fiscal, em cumprimento ao inciso II, do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, solicitou ao Sr. José Adelino Neto – Secretário de Governança que realizasse a leitura do Relatório Anual de Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para o conhecimento de todos os Membros do Conselho. Após a leitura, o Sr. José Adelino esclareceu algumas dúvidas e os Conselheiros se deram por satisfeitos, não havendo nada mais para questionar ou esclarecer, motivando-os a emitir o parecer em anexo. Prosseguindo, a Presidente passou para a seguinte deliberação da pauta.3) Examinar e opinar sobre o Balanço Social e demais Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; Neste ato, a Presidente, solicitou a Sra. Carolina Araújo – Gerente de Contabilidade, Orçamento e Custos, que apresentasse, com detalhes, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, no que foi atendida através de uma apresentação visual em que foram esclarecidas as referidas informações, motivando-os a emitir o respectivo parecer, opinando sobre o Balanço Social e as demais demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, nos termos do anexo. A Presidente passou para o próximo item de pauta. 4) Opinar sobre a destinação de Juros Sobre Capital Próprio – JSCP. Prosseguindo com a palavra, a Sra. Carolina Araújo, fez uma explanação sobre o tema, demonstrando a metodologia do cálculo, a viabilidade e as vantagens do ponto de vista tributário da Companhia optar, no exercício de 2020, pelo pagamento dos JSCP, instituído pela Lei nº 9.249/95, no valor de R\$ 85.525.036,32 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, trinta e seis reais e trinta e dois centavos). Essa decisão propiciará uma economia de R\$ 7.697.253,27 (sete milhões, seiscentos e noventa e sete mil, duzentos e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos), no pagamento da Contribuição

Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A destinação do JSCP foi aprovada por unanimidade pelos membros do Conselho Fiscal haja vista as vantagens tributárias envolvidas. Prosseguindo com a reunião, a Presidente passou para a seguinte pauta. 5) Opinar sobre a constituição das reservas legais de lucros e da destinação de parcela do lucro líquido do exercício. Com base no Artigo 41 do Estatuto Social da Compesa, os Membros do Comitê deliberaram sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício, opinando pela integralização dos dividendos acumulados no montante de R\$ 65.128.084,19 (sessenta e cinco milhões, cento e vinte e oito mil, oitenta e quatro reais e dezenove centavos) ao Capital Social da Companhia, ou seja, sendo reinvestido na própria Compesa. Após a matéria ser debatida, houve a concordância dos Conselheiros por unanimidade, em levar a diante a proposta para o benefício da Companhia, julgando ser de competência da Assembleia Geral Ordinária a palavra final sobre o assunto. Após a matéria ter sido debatida, os Conselheiros se deram por satisfeitos, motivando-os a opinar sobre a referida matéria nos termos do parecer em anexo. 6) Outros assuntos de interesse do Conselho Fiscal. Concluída a pauta e nada mais tendo a discutir, a Presidente do Conselho Fiscal franqueou a palavra para quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou, ocasião em que deu por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata em 02 (duas) vias que, após lidas, vão assinadas por todos os Conselheiros presentes.

Recife, 29 de março de 2021.

**Héliida Campos Pereira Lima** - Presidente  
**Tiago Maranhão Barreto Pereira** - Membro Efetivo  
**Pedro Eurico de Barros e Silva** - Membro Efetivo  
**Ennio Lins Benning** - Membro Efetivo

**Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário**

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 29 de março de 2021, presidida pela Coordenadora Sra. Daniele Henriques Simplício, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: I) Opinar sobre o relatório anual da administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia geral; II) Opinar sobre o Balanço Social e demais demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e por seus membros abaixo assinados, em cumprimento ao inciso VII do art. 22 e demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras que foram avaliadas e chancelados pela BDO – Auditor Independente, sem nenhuma ressalva, examinadas à luz da

legislação societária vigente, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendaram a apreciação dos documentos e seu encaminhamento para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. III) Opinar sobre a destinação de Juros Sobre Capital Próprio – JSCP, no valor de R\$ 85.525.036,32 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, trinta e seis reais e trinta e dois centavos) em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária, com relação ao pagamento, opinaram que se dê em respeito e forma previstos no orçamento para 2021, sem prejuízo de ajustar valores e formas de pagamento no decorrer do exercício de 2021. Também se manifestou favoravelmente em relação à integralização dos

dividendos acumulados em R\$ 65.128.084,19 (sessenta e cinco milhões, cento e vinte e oito mil, oitenta e quatro reais e dezenove centavos) ao Capital Social da Compesa, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Recife, 29 de março de 2021.

**DANIELE HENRIQUES SIMPLÍCIO**  
 Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário

**José da Cruz Lima Júnior** - Membro Efetivo  
**Lúis Felipe de Sousa Rebêlo** - Membro Efetivo

DIRETORIA	
Diretora Presidente	<b>MANUELA COUTINHO DOMINGUES MARINHO</b>
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	<b>RICARDO BARRETO VASCONCELOS</b>
Diretor de Mercado e Atendimento	<b>JOSÉ CAVALCANTI CARLOS JÚNIOR</b>
Diretor de Negócios e Eficiência	<b>FLÁVIO COUTINHO CAVALCANTE</b>
Diretor Regional do Interior	<b>MÁRIO HEITOR DE GADÊ NEGÓCIO FILHO</b>
Diretora Regional Metropolitana	<b>NYADJA MENEZES RODRIGUES RAMOS</b>
Diretor Técnico e de Engenharia	<b>FLÁVIO GUIMARÃES FIGUEIREDO LIMA</b>
Diretora de Desenvolvimento e Sustentabilidade	<b>CAMILLA ANDRADA DE GODOY BRITO</b>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	<b>JOÃO BOSCO DE ALMEIDA</b>
Vice-Presidente	<b>MANUELA COUTINHO DOMINGUES MARINHO</b>
Membros Efetivos	<b>JAIR JUSTINO PEREIRA</b> <b>LUIZ CARLOS DA SILVA</b> <b>ROBERTO FRANCA FILHO</b> <b>JOSÉ ÁUREO RODRIGUES BRADLEY</b> <b>JOSÉ EDSON GALDINO DA SILVA</b> <b>SÉRGIO LUIS DE CARVALHO XAVIER</b> <b>MARCOS BAPTISTA ANDRADE</b> <b>ELAINE MOURA OTAVIANO DE SOUZA</b> <b>TANIA BACELAR DE ARAÚJO</b>

CONSELHO FISCAL	
Presidente	<b>HÉLIDA CAMPOS PEREIRA LIMA</b>
Membros Efetivos	<b>ENNIO LINS BENNING</b> <b>PEDRO EURICO DE BARROS E SILVA</b> <b>TIAGO MARANHÃO BARRETO PEREIRA</b>

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenadora	<b>DANIELE HENRIQUES SIMPLÍCIO</b>
Membros Efetivos	<b>LÚIS FELIPE DE SOUSA REBÊLO</b> <b>JOSÉ DA CRUZ LIMA JÚNIOR</b>

RESPONSÁVEL TÉCNICO	
Contador	<b>CAROLINA ARAUJO ESTEVAM GRUJ CRC-PE 022.279/O-8</b>

